



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 440/2013

Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná.


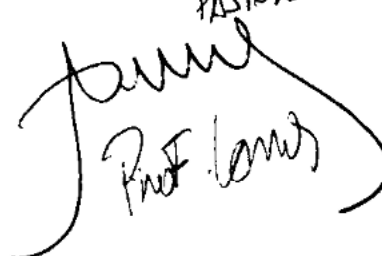

Art. 1º Proíbe o uso de qualquer tipo de aparelhos/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A utilização dos aparelhos/equipamentos mencionados no *caput* deste artigo será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

Prof. Lemos

Rose Lúcio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 76/2014

Altera a Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.971, de 30 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Roberto Miranda - IRM, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Roberto Miranda - IRM, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Rose Loh


Relator
Prof. Loh
To. W. Loh

PROJETO DE LEI 141/14

Súmula: Dispõe sobre a afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela Parana Previdência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo art. 30, incisos II e III da Lei nº 12.398, de 1998, com as alterações da Lei nº 17.435, de 2012, para edificações e de outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Ficam desafetados os imóveis localizados nas cidades de Londrina e Maringá, respectivamente: na Avenida Dez de Dezembro, Matrícula nº 12.677 da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina e na Avenida Mandacaru, esquina com a Rua Jorge Ferreira Duque Estrada, Gleba Patrimônio Maringá, parte do imóvel de Matrícula nº 6.515 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, com 51,00 m de testada para a Avenida Mandacaru e 32,68 m e 67,32 m de testadas para a Rua Jorge Ferreira Duque Estrada.

Art. 2º Os referidos imóveis passam a ser afetados ao Fundo de Previdência, constituído pelo Estado do Paraná, na forma do art. 3º da Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, gerido pela Parana Previdência.

Art. 3º A Parana Previdência poderá utilizar os recursos da Receita Administrativa Vinculada, previstos pelos incisos II e III do art. 30, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, com a redação dada pela Lei nº 17.435, de 2012, para edificações e reformas que se fizerem necessárias.

Art. 4º As providências e custas demandadas pelo desmembramento da área sob Matrícula nº 6.515 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá ficam sob responsabilidade do Parana Previdência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

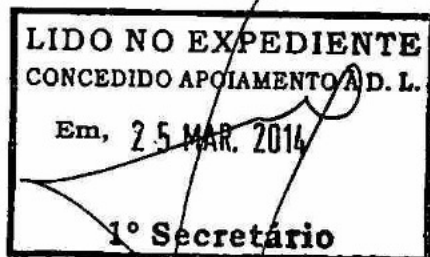
MENSAGEM
Nº 012 /2014

Curitiba, 21 de março de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente;

II – À DL para providências.

Em, 24/03/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva desafetar os imóveis localizados nas cidades de Londrina e Maringá, respectivamente: na Avenida Dez de Dezembro, Matrícula nº 12.677 da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina e na Avenida Mandacaru, esquina com a Rua Jorge Ferreira Duque Estrada, Gleba Patrimônio Maringá, parte do imóvel de Matrícula nº 6.515 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, com 51,00 m de testada para a Avenida Mandacaru e 32,68 m e 67,32 m de testadas para a Rua Jorge Ferreira Duque Estrada.

Ademais, referidos imóveis serão afetados ao Fundo de Previdência, constituído pelo Estado do Paraná, na forma do art. 3º da Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, gerido pela ParanaPrevidência.

A presente medida consulta ao interesse público eis que os mencionados imóveis serão utilizados, pela ParanaPrevidência, para construção de Delegacias Cidadãs, como forma de materialização do Programa Paraná Seguro, conforme Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.033.965-6

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 17435 - 21 de Dezembro de 2012

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8864 de 21 de Dezembro de 2012

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Dos Beneficiários e do Gestor do Regime Próprio de Previdência Social**

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná compreende o Plano de Benefícios a ser estabelecido com observância das normas constitucionais e o Plano de Custeio que passa a ser fixado nos termos desta Lei.

§ 1º São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, bem como os inativos, dependentes e pensionistas.

§ 2º O Estado do Paraná será responsável pela execução do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, adotando procedimentos que lhe assegurem equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º A PARANAPREVIDÊNCIA, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, se constitui, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para a perfeita consecução de suas finalidades, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II**Do Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná****Seção Única****Dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária**

Art. 3º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná será financiado mediante segregação de massas, por meio de Fundos Públicos de Natureza Previdenciária constituídos pelo Estado com base na disposição contida no art. 249 da Constituição Federal, assim considerados: o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar.

§ 1º Os Fundos Públicos de que trata o caput deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica e se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, sendo-lhes destinados recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

§ 2º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor.

§ 3º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária de que trata esta Lei, dada a sua natureza, afetação, origem e finalidade, gozam, nos termos do art. 150, inciso VI, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, de imunidade tributária.

Art. 4º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:

I - o Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;

II - os Fundos Financeiro e Militar pelo regime financeiro de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.

§ 1º Independentemente do Fundo a que estejam vinculados, os benefícios assistenciais devidos a servidores devem ser processados e custeados diretamente pelo Estado.

§ 2º O processo de adoção gradual do Regime Financeiro de Capitalização e de formação do Fundo de Previdência deverá ser estabelecido a partir das receitas de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado do Paraná e de critérios de solvência atuarial mínima indicados nas avaliações atuariais de cada exercício.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.

Art. 5º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão compostos:

I - por transferências em espécie apuradas nos termos desta Lei, a partir da receita de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado, acrescidas da respectiva contrapartida, a título de contribuição do ente público, e dos demais recursos a serem repassados, nos termos desta Lei, pelo Tesouro do Estado;

II - por recursos oriundos da compensação previdenciária realizada na forma da Lei, havidos de benefícios devidos aos servidores civis e militares que lhes sejam vinculados;

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos.

§ 1º Atendidas as disposições legais pertinentes, o Fundo de Previdência será composto, além do previsto nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

a) por doações e dações efetivadas pelo Estado e que especificamente lhes forem destinadas;

b) por aluguéis, royalties, ativos públicos diversos e outros rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações;

c) pelos demais bens, ativos e recursos orçamentários e extraorçamentários que lhes forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º Na integralização dos ativos a que se refere este artigo, devem ser observados os limites fixados em legislação federal e o disposto nos arts. 12 e 21, ambos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 6º As transferências descritas no inciso I do art. 5º poderão ser antecipadas sempre que a solvência atuarial mínima assim exigir.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei, o Estado poderá fazer, a título de dotação patrimonial e financeira, dações e doações em favor do Fundo de Previdência de que trata esta Lei, procedendo-as mediante transferência de bens imóveis, móveis, títulos, ações, direitos creditórios e participações, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º Quando se tratar de dação ou doação de ações, seu preço será apurado junto aos Mercados Organizados.

§ 2º Quando se tratar de dação ou doação de imóveis e outros ativos, será processada a respectiva avaliação mediante critérios técnicos e legais aplicáveis.

§ 3º Os bens objeto de dação ou doação, oferecidos pelo Estado ou por outrem, somente serão aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA caso se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação federal, na Política de Investimentos do Órgão Gestor e desde que se revistam de liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.



§ 4º O prazo para a deliberação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será de noventa dias contados da formalização da oferta, prorrogável por igual prazo mediante justificativa e, havendo aceite, o Estado terá igual prazo, contado da notificação de aceitação para concretizar a transferência em favor do Fundo de Previdência.

§ 5º O valor das doações e doações feitas pelo Estado e incorporadas ao Fundo de Previdência será considerado na avaliação atuarial de cada exercício, sem prejuízo do limite mínimo, também atuarialmente fixado, da necessidade de transferências em espécie a que se refere o Inciso I do art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, constituídos por esta Lei, atenderão exclusivamente ao pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

§ 1º Cabe aos Poderes ou Órgãos do Estado que administram orçamento próprio a responsabilidade pelo pagamento das respectivas dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais.

§ 2º Em relação ao Fundo de Previdência, o impacto financeiro e atuarial decorrente da implantação das diferenças a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apurado com vistas ao equacionamento de eventual déficit atuarial.

Art. 9º Observado o disposto no art. 24 desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA realizará avaliações atuariais quando do encerramento de cada exercício.

§ 1º Nas avaliações atuariais de que trata este artigo, e observado o disposto nesta Lei, serão reavaliados e indicados os valores para as transferências em espécie que serão efetivadas mensalmente pelo Estado e, nos mesmos termos, se procederá a análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.

§ 2º Os valores referentes às transferências em espécie, para composição do Fundo de Previdência e ao pagamento dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar deverão obrigatoriamente estar previstos no Orçamento Geral do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, proporcionalmente nas respectivas dotações orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 10. As aplicações e investimentos, a serem efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA com os recursos que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e economicidade e obedecerão às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a partir das quais será elaborada a Política de Investimentos, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo único. Não incidirão nas aplicações, investimentos, alienações, locações e outras contratações realizadas com os ativos, que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, as normas federais e estaduais que disponham sobre licitação.

Art. 11. Observado o disposto no artigo anterior, as aplicações e investimentos efetuados com os ativos dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária deverão buscar a rentabilidade atuarial mínima estabelecida nas avaliações atuariais de cada exercício.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, a PARANAPREVIDÊNCIA contará com um Comitê de Investimentos, com finalidade consultiva, cuja composição e funcionamento será estabelecida em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Da Destinação dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Seção I

Do Fundo de Previdência

Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo

custeados com recursos do Fundo de Previdência.

Seção II

Do Fundo Financeiro



Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo Financeiro e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo Financeiro.

Seção III

Fundo Militar

Art. 14. O Fundo Militar atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.

Parágrafo único. O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

CAPÍTULO IV

Das Contribuições Previdenciárias

Art. 15. A contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa, em favor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, será de 11% (onze por cento) a incidir sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, fixados em Lei.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo deverá ser recolhida ao Tesouro Estadual e comporá o Orçamento Geral do Estado.

§ 2º Nas hipóteses de acumulação de cargos, cargos e proventos, ou proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incide sobre a gratificação natalina.

§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, o servidor poderá optar por proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária a que estiver obrigado nos termos desta Lei, cabendo-lhe ainda, o recolhimento da contrapartida da contribuição previdenciária de que trata o art. 16.

§ 5º Nos casos de afastamento para o exercício de mandato eletivo ou cessão sem ônus para o Estado, fica mantida a vinculação com o Regime Próprio da Previdência do Estado, mediante o repasse, pelo órgão em que estiver em exercício, de ambas as cotas das contribuições previdenciárias de que trata o art. 16.

Art. 16. O Estado do Paraná será responsável pela respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar, nos termos do artigo anterior.

§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o caput deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o parágrafo anterior, bem como o não repasse, ao Tesouro do Estado, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.

Art. 17. O total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos

segurados e, quando couber dos pensionistas, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor, deverá ser destinado, exclusiva e integralmente, ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, mediante transferências aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, a ser processado nos termos estabelecidos por esta Lei.



CAPÍTULO V
Da Composição dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária
Seção I
Da Composição do Fundo de Previdência

Art. 18. Para composição do Fundo de Previdência, as transferências em espécie, de que trata o Inciso I do art. 5º desta Lei, serão apuradas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida de no mínimo igual valor.

§ 1º O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência do percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.

§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Art. 19. As transferências em espécie previstas no caput do art. 18 dar-se-ão de forma escalonada e progressiva, e iniciar-se-á mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre a contribuição arrecadada para este Fundo.

§ 1º O percentual estabelecido no caput será acrescido, a cada ano, à razão de 5% (cinco por cento), até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista, segundo critérios que forem indicados nas Avaliações Atuariais de cada exercício.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a modificação da progressão sempre que isso for apontado pelos índices de liquidez e solvência do Fundo de Previdência, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 20. Considerados os pressupostos de capacidade financeira e orçamentária do Estado do Paraná e os critérios de solvência atuarial de que trata o art. 4º desta Lei, o Estado também transferirá, para composição do Fundo de Previdência, a título de custeio suplementar, valores em espécie, que forem apurados, atuarialmente, pelo decremento ou diminuição de seu compromisso para com a folha de pagamento de benefícios do Fundo Financeiro.

§ 1º A fixação do termo inicial do aporte dos valores de que trata o caput deverá se dar a partir do momento em que as avaliações atuariais indiquem que o critério de solvência estabelecido não possa ser mantido sem o aporte dos recursos relativos ao custeio suplementar de que trata este dispositivo.

§ 2º Observado o disposto no art. 16 e parágrafos desta Lei, os valores dos repasses em espécie de que trata este artigo correrão à conta de dotação orçamentária própria, devendo ser inseridos, nas Leis Orçamentárias do Estado e repassados, à PARANAPREVIDÊNCIA, mensalmente, até o quinto dia útil posterior à data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para composição do Fundo de Previdência.

Seção II
Da Composição do Fundo Financeiro

Art. 21. Para composição do Fundo Financeiro, as transferências em espécie de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo, o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.



§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

§ 4º As transferências de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei devem ser realizadas a cargo de dotações próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Seção III

Da Composição do Fundo Militar

Art. 22. Para composição do Fundo Militar, as transferências em espécie, de que trata o inciso I, do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos militares e pensionistas vinculados ao Fundo Militar.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

Capítulo VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. Os recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios devidos aos pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos adicionais e necessários para o pagamento de pensões concedidas após a publicação desta Lei correrão a cargo de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 24. Os benefícios concedidos aos militares e seus dependentes, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência até o último dia do mês civil em que for publicada esta Lei.

Art. 25. As avaliações atuariais de que trata esta Lei deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA e serão homologadas pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, quando do encerramento de cada exercício.

Parágrafo único. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá contar com Atuário externo devidamente habilitado, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários.

Art. 26. O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA devem figurar como litisconsortes em todos os processos judiciais que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária.

Parágrafo único. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações em andamento e futuras a que se referem este artigo, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.



Art. 27. O Plano de Custeio estabelecido nesta Lei passa a vigor a partir do mês subsequente ao de sua publicação.

§ 1º Os percentuais de contribuição previdenciária estabelecidos no art. 15 serão devidos depois de decorrido o prazo de que trata o § 6º do art. 195 da Constituição Federal e que será contado da publicação desta Lei.

§ 2º Durante o período de que trata o parágrafo anterior permanece em vigor o contido no art. 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 28. A PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias ao atendimento do disposto nesta Lei, incluindo o balanço de liquidação do Plano de Custeio até então vigente.

§ 1º Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o caput deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.

○ **§ 3º** O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398/98, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei, serão remidos nos mesmos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no art. 40, § 14, da Constituição Federal.

Art. 30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art. 32. O § 2º do art. 103 da Lei nº 12.398/98, passa a ter a redação seguinte:

○ "§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime."

Art. 33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.

Art. 34. O art. 30 da Lei 12.398/98, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:

I – as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;

II – o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas;

III – as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.

§ 1º Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;

§ 2º À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de

Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento.

§ 3º Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas."

Art. 35. Respeitado o contido no § 2º do art. 27 desta Lei, são revogados a alínea "f" do art. 8º, o art. 19, o art. 27 e seu parágrafo único, o art. 28, seus incisos e parágrafos, o art. 29, seus incisos, alíneas e parágrafos, o art. 31, o art. 32 e seus parágrafos, o inciso I do art. 69, o art. 73 e seus parágrafos, o art. 75 e seu parágrafo único, o Título IV e seus arts. 76 com seus parágrafos, 77 com suas alíneas e parágrafos; o Título V e seus arts. 78, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 79, 80, 81 e seu parágrafo único, 82 e seus parágrafos, 83, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 84, 85 com seus parágrafos e alíneas, 86 com seus incisos e parágrafos, 87 e seus parágrafos e art. 88 e seus parágrafos; o art. 89, seus incisos e parágrafos, o art. 94, o art. 97 e seus incisos, o art. 98, art. 99 e art. 110, todos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 21 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Loriane Leisli Azeredo
Chefe da Casa Civil, em exercício

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



**SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO** Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 12398 - 30 de Dezembro de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5405 de 30 de Dezembro de 1998

(vide Lei 12825, de 28/12/1999) (vide ADIN 1956-2)

Súmula: Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DO SISTEMA DE SEGURIDADE FUNCIONAL DO ESTADO
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÃO INTRODUTÓRIA

Art. 1º. Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, de que são beneficiários, nos termos desta Lei, os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.

TÍTULO II
DA SEGURIDADE FUNCIONAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, autarquia criada pela Lei Estadual nº. 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é transformado em instituição, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, com a denominação de PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 3º. A PARANAPREVIDÊNCIA será ente de cooperação governamental, no cumprimento, pelo Estado do Paraná, de suas obrigações de Seguridade Funcional, e terá por finalidade gerir o respectivo Sistema, segundo regime de benefícios e serviços previsto nesta Lei.

Art. 4º. A PARANAPREVIDÊNCIA terá como sede e foro a Capital do Estado, e sua duração será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II
DA VINCULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art. 5º. A PARANAPREVIDÊNCIA vincular-se-á, por cooperação ao Governo do Estado através do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, que supervisionará a execução do Contrato de Gestão a ser celebrado entre ela e o Estado do Paraná, observado o disposto nesta Lei no Estatuto da Instituição.

Art. 6º. Preservada a autonomia da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

- a) estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão da Instituição, nos campos administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro;
- b) fixar metas;
- c) estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º. Estarão igualmente sujeitos à inscrição obrigatória os dependentes e pensionistas vinculados aos servidores públicos e aos militares referidos no *caput* e § 1º. deste artigo.

§ 3º. Celebrados os convênios previstos no Art. 73 e 75, os agentes públicos neles referidos, seus dependentes e pensionistas terão de inscrever-se, obrigatoriamente, na PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 4º. Os agentes públicos estaduais não enquadrados nas categorias referidas no *caput* e nos §§ 1º. e 3º. deste artigo, inclusive os regidos pela legislação do trabalho, não poderão inscrever-se na PARANAPREVIDÊNCIA.

SEÇÃO II DA INSCRIÇÃO NA PARANAPREVIDÊNCIA

Art. 35. Atendido o disposto no artigo anterior, e seus parágrafos, aqueles que, na data da publicação desta Lei, forem servidores públicos estaduais e militares do Estado, assim como seus dependentes e pensionistas, serão, automática e obrigatoriamente, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 36. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive o Ministério Público, Tribunal de Contas, Polícia Militar e as Instituições de Ensino Superior, fornecerão à PARANAPREVIDÊNCIA, no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar da data da solicitação formalizada pela Instituição, os dados cadastrais disponíveis de cada um dos servidores, dependentes e pensionistas, bem como a documentação relativa aos mesmos.

§ 1º. A PARANAPREVIDÊNCIA, sob a coordenação do Secretário Especial para Assuntos de Previdência desenvolverá trabalho de recadastramento geral, abrangendo todos os servidores ativos e inativos, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, dependentes e pensionistas, trabalho este que deverá ser iniciado após a formalização do Contrato de Gestão a que se referem os Arts. 5º e 6º. e estar terminado no prazo de 2 (dois) anos, a contar da referida data, podendo, para tanto, ser contratada empresa especializada.

§ 2º. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá, se necessário, exigir, a qualquer tempo, do servidor, militar, dependente ou pensionista, que complemente a sua documentação, no prazo máximo de 2 (dois) meses da data da solicitação, sob pena da suspensão quanto à fruição de benefícios.

§ 3º. Enquanto não fornecida a documentação competente, a PARANAPREVIDÊNCIA não assumirá o encargo de pagamento do benefício ao servidor, dependente ou pensionista.

Art. 37. Respeitado o disposto no Art. 34, e seus parágrafos, os servidores públicos estaduais e os militares do Estado serão, ao tomarem posse, compulsoriamente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º. No ato de assunção do cargo público, o servidor ou militar preencherá e firmará os documentos de inscrição, com indicação de seus dependentes, para o efeito de também inscrevê-los, tudo acompanhado da documentação hábil.

§ 2º. As modificações na situação cadastral do servidor, do militar, ou de seus dependentes, e dos pensionistas, deverão ser imediatamente comunicadas à PARANAPREVIDÊNCIA, com a apresentação da documentação comprobatória.

§ 3º. No ato de inscrição, o servidor ou militar declarará, obrigatoriamente, qual tempo de serviço anterior, sob qualquer regime, que irá averbar para efeito de aposentadoria na qualidade de servidor estadual, apresentando a documentação correspondente.

§ 4º. O servidor terá o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da inscrição, para formalizar a averbação objeto do parágrafo anterior.

§ 5º. Aqueles que forem servidores públicos estaduais ativos e militares na data de formalização do Contrato de Gestão a que se referem os Arts. 5º. e 6º., e referido no Art. 34, uma vez inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, deverão atender ao disposto nos §§ 3º. e 4º. anteriores, respectivamente no prazo de 1 (um) mês e de 6 (seis) meses, a contar da notificação para tal fim.

§ 6º. Não atendidos os prazos estabelecidos nos §§ 4º. e 5º., caberá ao Estado tomar as providências necessárias a que o servidor promova a averbação do tempo de serviço, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação formalizada pela PARANAPREVIDÊNCIA ao Estado, após o que os ônus decorrentes da averbação correrão por conta do último.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/2014

Projeto de Lei nº144/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 012/2014

Súmula: Dispõe sobre afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela ParanaPrevidência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo art.30, incisos II e III da Lei nº 12.398, de 1998, com as alterações da Lei nº 17.435 de 2012, para edificações e das outras providências.

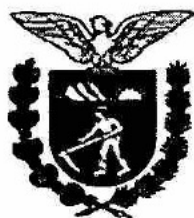
EMENTA: AFETAÇÃO BEM PÚBLICO. DESTINAÇÃO ÓRGÃO DE APOIO GOVERNAMENTAL. ART. 3º LEI ESTADUAL 12.398/98. PARANAPREVIDENCIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 10 E 53, INCISO XIII DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

VISTA EM 08/04/2014

Tadeu Veneri

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo desafetar dois imóveis pertencentes ao Governo do Estado do Paraná em favor do Fundo de Previdência da PARANAPREVIDENCIA.

Devidamente justificada a matéria apresentada, e estando em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, nada obsta a presente proposição conforme a seguir será demonstrado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.”

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por se tratar de legislação que disponha sobre afetação de bem público, cumpre mencionar que tal matéria é fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração, para tanto a Constituição Estadual Paranaense disciplina:

"Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social."

Do mesmo diploma legal extrai-se:

"Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XIII - bens do domínio público;

A possibilidade da afetação pretendida se dá em virtude de a PARANAPREVIDENCIA ser órgão de Cooperação Governamental, conforme dispõe art. 3º da Lei nº. 12.398, de 30 de dezembro de 1998, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



"Art. 3º. A PARANAPREVIDÊNCIA será ente de cooperação governamental, no cumprimento, pelo Estado do Paraná, de suas obrigações de Seguridade Funcional, e terá por finalidade gerir o respectivo Sistema, segundo regime de benefícios e serviços previsto nesta Lei."

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de abril de 2014.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

NEREU MOURA
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Pericles
Muller

Tadeu
Veneri

APROVADO

14/04/14



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



PARECER

Projeto de Lei nº 144/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 12/2014

Súmula: Dispõe sobre a afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela PARANAPREVIDÊNCIA, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo art. 30, incisos II e III, da Lei nº 12.398, de 1998, com as alterações da Lei nº 17.435, de 2012, para edificações, e dá outras providências.

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como escopo conferir a afetação – destinação à utilização pública – dos bens imóveis pertencentes ao Estado do Paraná ao Fundo de Previdência gerido pela PARANAPREVIDÊNCIA, autorizando a utilização das receitas oriundas das aplicações e investimentos do referido Fundo, bem como de rendas obtidas pela PARANAPREVIDÊNCIA com contratos e convênios para a construção de edificações.

Distribuído a esta Comissão para que, nos termos do art. 33-B, do Regimento Interno desta Assembléia, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que, o texto da proposição evidencia a inexistência de impacto financeiro-orçamentário ao Estado, respeitando-se integralmente os termos do art. 16, da Lei Complementar 101/00, na medida em que seu texto traz as seguintes previsões:

i) as receitas utilizadas para as edificações já estão autorizadas por lei, conforme disposto no art. 30, II e III, da Lei 12.398/98 (fls. 10);

ii) os imóveis afetados serão destinados, conforme a exposição de motivos (fls. 3), para a construção das Delegacias Cidadãs como forma de materialização do Programa Paraná Seguro.



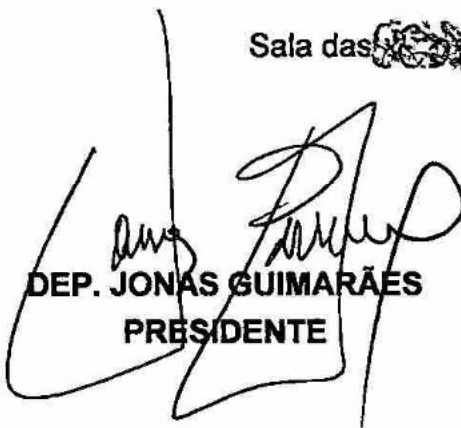
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças



Dessa forma, identificado o fiel enquadramento da proposição às disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do projeto em tela.


Sala das


~~Proposições~~ 06/05/14


DEP. JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Waldyr


Dep. R. Edson


Dep. Ernio



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 144/2014



Acresce o art. 3º e parágrafo único ao Projeto de Lei nº 144/2014, de autoria do Poder Executivo, renumerando os demais.

“Art. 3º As condições de edificação, reforma e destinação dos referidos imóveis, serão estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração do ParanaPrevidência.

Parágrafo único: No caso dos imóveis serem destinados a locação, o Conselho de Administração do ParanaPrevidência deverá estabelecer e aprovar o período do contrato, o valor da locação e as garantias do recebimento dos aluguéis.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2014.

Deputado	Assinatura
Tadeu Veneri	
Professor Lemos	
Luciane	
Elton Welter	
ELIO Rusch	
Ademar Triauro	
Denise Melo	
Anelice Ritz	
TONIATO WANDERSEN	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECERA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 144/2014

Projeto de Lei nº 144/2014 – mensagem nº. 12/2014
Emenda Aditiva de Plenário

Súmula: Dispõe sobre a afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela Paranáprevidência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo Art. 30,0incisos II e III da Lei nº. 12.398, de 1998, com as alterações da Lei nº. 17.435, de 2012, para edificações e da outras providências.

EMENTA: EMENDA ADITIVA.
POSSIBILIDADE. ARTS. 29, § 1º, III, 138, 137, §3º E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO DA EMENDA ADITIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre a afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela Paranáprevidência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo Art. 30,0incisos II e III da Lei nº. 12.398, de 1998, com as alterações da Lei nº. 17.435, de 2012, para edificações e da outras providências.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 13 de maio de 2014, o presente projeto de Lei recebeu Emenda Aditiva, durante a segunda discussão em Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda, submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Assim, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta casa de Leis, uma vez que o ora projeto de Lei recebeu Emenda Aditiva de Plenário em segunda discussão na Sessão Plenária.

No que tange a Emenda Aditiva proposta, em síntese, pretende acrescentar o artigo 3º e parágrafo único ao projeto de lei, renumerando os demais, conforme se depreende às folhas 25.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como Emenda Aditiva, conforme aponta o §3º deste referido artigo. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3o Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Aditiva, deve ser aprovada na forma apresentada, uma vez que está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, bem como obedece à técnica regimental e legislativa.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

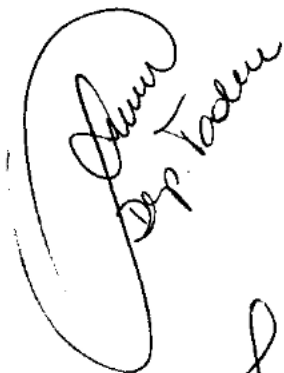
Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como consonância com a legislação vigente, opina-se pela **APROVAÇÃO da Emenda Aditiva** apresentada durante a segunda discussão da Sessão Plenária.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2014.

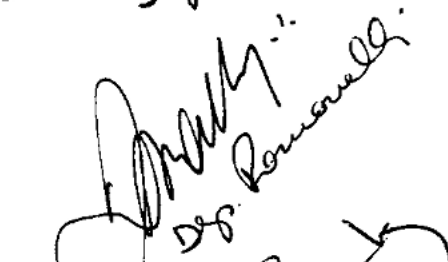

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


ALEXANDRE CURI
RELATOR


Dep. Durini


Dep. Tadeu


Dep. Pinheiro


Dep. Romanelli

Dep. Froiano

Dep. Pastor
APROVADO
20/05/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 321/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 JUL. 2013

1º Secretário

Ementa: "Fica instituído como Patrono do Comércio do Estado do Paraná; Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul".

Art. 1º - Institui-se como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

Parágrafo Único— Para reverenciar a sua memória, fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Patrono do Comércio Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 16 de julho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2013

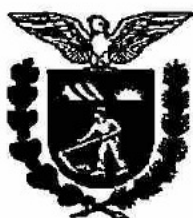
Ney Leprevost
Deputado Estadual - PSD

Justificativa:

Era filho do tenente-coronel Manuel Francisco Correia Júnior e de Francisca Antônia Pereira Correia. Nasceu quando seu pai foi destituído de todos os seus cargos públicos por ter imprimido um manifesto solicitando a separação da comarca de Curitiba da província de São Paulo.

Conviveu desde cedo com assuntos políticos que envolviam lutas de conservadores com liberais, de escravocratas com abolicionistas. O pai morreu quando ele tinha doze anos.

Fez o curso de Humanidades no Rio de Janeiro, o qual concluiu com distinção.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ao voltar do Rio de Janeiro, com vinte e quatro anos, abriam-se as portas do comércio ervateiro. Visitou Montevideu e Buenos Aires, grandes centros consumidores de erva-mate brasileira, com o propósito de conhecer o negócio.

Aos vinte e sete anos, em sociedade, instalou seu primeiro engenho de erva-mate em Antonina. Quatro anos depois viajou aos EUA para exibir seus produtos na Exposição Americana obtendo grande sucesso.

Ao retornar, recebeu o convite para ser candidato à deputado provincial pelo partido Conservador. A partir daí, nunca mais deixou de participar de atividades políticas.

Com a construção da estrada da Graciosa, transferiu suas atividades para Curitiba. Nessa época já acumulava ponderável riqueza que rivalizava com as famílias mais abastadas e tradicionais do Paraná.

Em Curitiba, adquiriu e modernizou o engenho Iguaçu, construiu o Engenho Tibagi, adquiriu serrarias e lançou-se à exportação de madeira.

Em 1888, associado com Jesuíno Lopes, assumiu o controle da antiga *Typographia Paranaense*, fundada em 1853 por Cândido Lopes na cidade de Curitiba. Transformaram-na na *Impressora Paranaense* com o objetivo era melhorar a confecção das embalagens da erva-mate exportada.

Adquiriu posteriormente o controle acionário da Companhia Ferrocarril de Curitiba, lançou as bases do Banco Industrial e Mercantil, comprou o jornal Diário do Comércio, e foi diretor da Sociedade Protetora de Ensino.

Em 1º de julho de 1890 ajudou a fundar a Associação Comercial do Paraná, tornando-se seu primeiro presidente.

Alguns comparam-no à Mauá, pois, talvez, nenhum outro paranaense tenha produzido tanto na política ou na atividade empresarial quanto ele.

A simpatia que causou ao imperador Dom Pedro II quando este visitou Curitiba em 1881 rendeu-lhe a comenda da Imperial Ordem da Rosa, que lhe foi entregue pelo imperador.

Nas eleições de 1882, elegeu-se deputado provincial. Desenvolveu suas funções com sucesso enquanto uma crise política empolgava as ruas.

Assumiu interinamente o governo da província em 1888. Cuidou de apaziguar os ânimos, mas não pode evitar a crise parlamentar que ocorria na Assembléia Provincial.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Abolicionista convicto, quando se tornou presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comprometeu-se publicamente a promover a emancipação dos escravos do município.

Em 8 de agosto de 1888, recebeu da princesa Isabel, então regente do Brasil, o título de barão do Serro Azul.

Com a proclamação da República, o governador Vicente Machado da Silva Lima convidou-o para a comissão organizadora do partido Republicano.

Repentinamente a situação política mudou: o marechal Deodoro da Fonseca renunciou e o marechal Floriano Peixoto assumiu a presidência, dissolveu o Congresso e convocou novas eleições.

No Rio Grande do Sul, o governo Júlio Prates de Castilhos, apoiado pelo marechal Floriano Peixoto reprimiu a oposição e, logo depois, começou a revolução Federalista. No Rio de Janeiro, os almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama comandaram a Revolta da Armada. Santa Catarina caiu em poder dos revolucionários, e no dia 14 de outubro de 1893, a capital Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, foi declarada provisoriamente capital do Brasil, convertendo-se em base de operações militares dos movimentos de revolta originados separadamente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Enquanto isto, separada por longas distâncias geográficas, Curitiba estava em paz.

Uma força de maragatos (rebeldes federalistas gaúchos) comandada por Gumercindo Saraiva veio do Rio Grande do Sul em direção Rio de Janeiro. Passando por Nossa Senhora do Desterro, juntou-se aos aliados da Revolta da Armada e, dali, partiu com destino à Curitiba. O plano dos chefes maragatos previa o domínio do Paraná com um ataque conjugado por forças de terra e mar, e uma revolta em São Paulo se ali chegassem as tropas rebeldes.

O comando legalista enviou para o Paraná batalhões formados por tropas regulares e voluntários civis do Rio de Janeiro e São Paulo. Em janeiro de 1894, estes chegaram à Lapa onde se travou uma terrível batalha. Durante 26 dias as tropas legalistas resistiram aos ataques das forças muito mais numerosas dos maragatos.

Na madrugada de 17 de janeiro de 1894, uma brigada comandada por João Meneses Dória tomou a estação de Serrinha. Com a cumplicidade dos funcionários, passou a responder aos chamados telegráficos como se fosse das tropas legalistas de Lapa, avisando que milhares de rebeldes estavam marchando para a Curitiba. Houve pânico na capital e o general Pego, comandante militar da cidade, fugiu abandonando trens carregados de material bélico.

Devido ao abandono de Curitiba pelas tropas legalistas, a cidade passou a ser dirigida por uma Junta Governativa presidida pelo barão do Serro Azul. Em 20 de fevereiro de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



1894, João Meneses Dória entrou em Curitiba à frente de 150 cavaleiros e, de um trem especial, desembarcaram o almirante Custódio de Melo, Teófilo Soares Gomes e vários oficiais da Marinha e do Exército. João Meneses Dória foi então aclamado governador do estado do Paraná.

O barão do Serro Azul foi convocado pelos cidadãos para fazer um acordo com os revolucionários que protegesse a população de violências, saques e estupros. A Junta Governativa de Curitiba transformou-se em "Comissão para Lançamento do Empréstimo de Guerra" com o propósito de arrecadar fundos para os rebeldes e com isso comprar a proteção da cidade. Embora o barão do Serro Azul e os comerciantes que apoiaram a comissão procurassem apenas evitar saques e desordens, seus atos os comprometeram como colaboradores com o movimento rebelde.

O tempo perdido pelos maragatos durante o cerco da Lapa permitiu que as tropas legalistas se agrupassem e recebessem reforços ao norte, em Itararé, na divisa São Paulo-Paraná. O comandante dos maragatos, Gumercindo Saraiva, empreendeu um recuo rumo ao sul, abandonando Curitiba. As tropas governamentais reocuparam a cidade e, no dia 16 de outubro de 1893, o novo governador do Paraná Vicente Machado da Silva Lima anunciou o estado de sítio em Curitiba.

O general Éwerton de Quadros, novo comandante do Distrito Militar, promoveu demissões de funcionários públicos, buscas e capturas de pessoas acusadas de colaborar com os maragatos. As prisões ficaram tão cheias que o teatro São Teodoro foi transformado em presídio. Apesar da condenação pública, várias pessoas foram fuziladas.

No dia 9 de novembro de 1893, o barão de Serro Azul recebeu uma intimação para se recolher ao quartel da primeira divisão. Outros cinco de seus companheiros também foram presos e levados ao mesmo presídio: Prisciliano Correia, José Lourenço Schleder, José Joaquim Ferreira de Moura, Rodrigo de Matos Guedes e Balbino de Mendonça.

Muitos políticos importantes do Paraná tentaram por todos os meios livrar o barão de Serro Azul e seus companheiros da prisão. O general Éwerton de Quadros, temendo uma fuga ou a desmoralização de seu comando, ordenou a execução de barão de Serro Azul e seus amigos.

Na madrugada do dia 20 de maio de 1894, os seis prisioneiros foram retirados da prisão e levados à estação ferroviária de Curitiba, sob o pretexto de embarcarem em Paranaguá em um navio da Marinha com destino ao Rio de Janeiro, onde seriam julgados.

O comboio parou no km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, perto do pico do Diabo da serra do Mar, onde há um alto despenhadeiro. Os presos começaram a ser



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



arrastados para fora do vagão pelo pelotão de escolta. Mato Guedes atirou-se pela janela do trem, mas recebeu uma descarga da fuzilaria e rolou pelo precipício. Albino de Mendonça, agarrando-se ao vagão, teve os braços quebrados a coronhadas, e foi abatido a tiros de revólver. O barão do Serro Azul recebeu um tiro na perna e caiu de joelhos. Propôs então dividir sua fortuna com os oficiais da escolta se fosse poupado, porém tombou com uma bala na testa.

O comboio seguiu viagem, abandonando os corpos no local. Somente no dia seguinte a polícia de Piraquara foi avisada da existência de cadáveres na serra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 321/2013

Projeto de Lei nº. 321/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Fica instituído como patrono do comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

EMENTA: INSTITUI COMO PATRONO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARANÁ, O SR. ILDEFONSO CORREIA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por finalidade instituir como patrono do comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul, a ser comemorado anualmente no dia 16 de Julho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.


Sala das Comissões, 16 de DEZEMBRO de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. ALEXANDRE CURI
Relator



Dep. Scarpone


Dep. Turini


Dep. Kempner


Dep. Coito


Dep. Hernandes


Dep. Tadeu

APROVADO
16.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pérciles de Mello
Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 321/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost

Relator: Deputado Teruo Kato

Súmula: "Institui como patrono do comércio do Estado do Paraná, Idelfonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul".

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir como patrono do comércio do Estado do Paraná, o Barão de Cerro Azul, Idelfonso Pereira Correa.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o Projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta Comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Conforme prevê artigo 29 do Regimento Interno desta Casa de Leis, é papel das Comissões Permanentes pronunciarem-se, via parecer, acerca de proposições relacionadas à sua área de atuação.

Tal prerrogativa é também reafirmada no artigo 30 parágrafo 2º, inciso I que prevê a manifestação desta Comissão em todas as matérias correlatas à sua área temática.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
Comissão de Cultura



A Comissão de Cultura deve pronunciar-se acerca de projetos que indiquem novas comemorações de calendário cultural, calendários constituídos tradicionalmente pelas festas religiosas, civis, populares, sociais, também festas ligadas aos ciclos econômicos locais, e todo e qualquer projeto que tenha cunho cultural importante para o Estado.

O presente Projeto de Lei deseja instituir como patrono do comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

O ato resgata valores culturais e históricos, em razão do que significou e do que fez o Barão em prol de nosso Estado.

O Barão do Cerro Azul foi industrial, político e ardoroso patriota. Com uma esplêndida visão empresarial, muito avançada para sua época, logo lhe sorriram o sucesso e a fortuna. Absorveu todas as inovações tecnológicas que surgiam e não eram assimiladas pelas demais empresas ervateiras.

Não é nenhum exagero afirmar que Ildefonso Correia é um divisor de águas na produção paranaense. A partir dele se estabelece uma nova mentalidade empresarial na conjuntura do Estado.

Nas artes e na cultura foi tesoureiro da comissão que em 1885 angariava livros para a Biblioteca Pública. Fez parte da Comissão Central que organizou a Pinacoteca Paranaense e colaborou com prêmios para os alunos que mais se distinguiam na vida estudantil de Curitiba.

Em dezembro de 1886, foi Delegado Especial de Instrução Primária Secundária, o que equivaleria, hoje, a Secretário da Educação. Sua ação e dinamismo o levaram a atuar nos setores cultural e social.

Foi presidente do Conselho Fiscal da Caixa Econômica, dirigiu a Associação de Proteção à Infância Desamparada. Entre outras entidades que ajudou a fundar, está o Clube Curitibano, do qual foi o primeiro presidente.

Fundador da Associação Comercial do Paraná se tornou o precursor de todas as demais federações, sindicatos patronais e associações que hoje



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pérciles de Mello
Comissão de Cultura



existem. Plantou ideias e ideais para o progresso, que sabia poder conquistar para o Paraná que tanto amava.

Ao longo de sua vida pontuada de dinâmica ação empresarial, sentiram sua presença os setores da erva-mate, comércio, olaria, banco, transporte em bonde, feiras, exposições, associativismo e gráfica. Fundou a Impressora Paranaense, gráfica existente até hoje.

Protegia eficazmente, sem alardes, nem ostentação, os que recorriam a ele. Antes, com uma modéstia e discrição de quem cumpre o dever mais simples do mundo. Observando o frio das crianças a vestir escassa camisa em pleno mês de junho, no inverno paranaense e a saciar a fome com pinhões somente, decide estabelecer uma serraria, para dar trabalho e ganho àquela pobre gente. Fundou uma indústria para beneficiar, industrializar e comercializar o pinho paranaense, entre a Vila de São José dos Pinhais e a freguesia de Piraquara.

O seu ar senhorial não passou despercebido a D. Pedro II em sua visita ao Paraná. Em 31 de agosto de 1880, o Imperador o agraciou, pelos relevantes serviços prestados ao Estado, com a Ordem da Rosa. Era a moeda de honra de que mais se utilizou D. Pedro II, premiando o professor, o homem de iniciativa na indústria e na lavoura, o senhor que alforriava escravos. Sintetizava amor e fidelidade. A partir daí, Ildefonso Pereira Correia passaria a usar o título de Comendador.

Em 8 de agosto de 1888 foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, seu amigo a quem se devotava, com o título de Barão do Cerro Azul. Reconhecia D. Pedro II todos os serviços prestados à Coroa pelo ilustre homem que representava ao Estado.

Diante dos fatos aqui relatados, fica demonstrada a importância do Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul para o Paraná. Principalmente no incentivo e propulsão para que setor industrial, comercial do Paraná tivessem maior visibilidade e alcance.

Com isso, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura



concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por resgatar e valorizar a história de um povo.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2014.



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINZEIRO
MEMBRO


DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 321/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost

Relator: Deputado Nelson Garcia

Súmula: INSTITUI COMO PATRONO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PARANÁ, ILDEFONSO PEREIRA CORREIA, O BARÃO DO CERRO AZUL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 321/2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost tem por objetivo, instituir como patrono do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



Em relação à tramitação do PL nesta casa legislativa, uma vez lido em expediente e autuado foi encaminhada para Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais, comissão essa que exarou parecer favorável.

Na sequência o PL foi encaminhada para a Comissão de Cultura, na qual também foi aprovada e então encaminhada a esta Comissão de Indústria e Comércio, na qual designei como relator o Deputado Nelson Garcia.

FUNDAMENTAÇÃO

O Barão de Cerro Azul foi um expoente na produção paranaense, partindo dele uma nova mentalidade empresarial na conjuntura do Estado.

Diante disto, fica claro a importância do Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul para o Paraná.



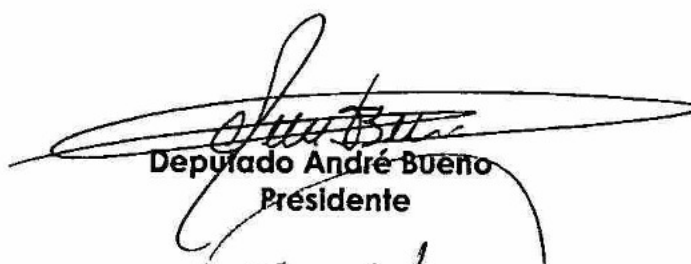
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 321/2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Nelson Garcia
Relator


Deputado Caio Quintana


Deputada Dulio Genari


Deputado Wilson Quintero


Deputado Jonas Guimarães


Deputado Toninho Wandscheer



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 213/14

Súmula: Altera dispositivos que especifica da Lei nº 13.803 de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 5º e 13 da Lei nº 13.803, de 23 setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O enquadramento na Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, dos servidores abrangidos por esta Lei, nos cargos de Agente Fazendário Estadual “A” AFE-A, “B” AFE-B e “C” AFE-C, dar-se-á de forma automática após a publicação desta Lei, na mesma Classe e Referência atualmente ocupadas no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, de acordo com a correlação de cargos constantes do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos por esta Lei, que estiverem na inatividade a partir de 23 de setembro de 2002, serão enquadrados na forma prevista no *caput*.”

“Art. 13. A primeira promoção para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual se dará imediatamente após a publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá delegar a competência para concessão de promoção ao Secretário de Estado da Fazenda.”

Art. 2º A partir da data da publicação da presente Lei, a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF, instituída pela Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012, fica incorporada ao vencimento básico dos integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE, limitada a 4/5 do vencimento básico do respectivo servidor, de acordo com a Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 3º Após a incorporação referida no artigo 2º da presente Lei, os valores estabelecidos nas tabelas de vencimento básico constantes do Anexo IV da Lei nº 13.803, de 2002, passam a ser os valores constantes da Tabela 2 do Anexo Único da presente Lei.

Art. 4º As tabelas de referência de vencimento básico, anexas à presente Lei, serão reajustadas, anualmente, nos mesmos percentuais e na data-base do reajuste geral concedido aos Funcionários Civis do Estado do Paraná, de acordo com a legislação salarial em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados ao atendimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ficando revogada a Lei nº 17.432, de 2012.

ANEXO ÚNICO

**PARANÁ**

TABELA 1

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – VIGENTES (QPPE)GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

REFERÊNCIAS

Gabinete do Governador

AGENTE DE APOIO			AGENTE DE EXECUÇÃO			AGENTE PROFISSIONAL		
CLASSE			CLASSE			CLASSE		
III	II	I	III	II	I	III	II	I
834,92	1.304,27	2.037,49	1.252,36	1.974,69	3.113,64	3.005,69	4.827,04	7.752,08
864,13	1.349,92	2.108,81	1.296,21	2.043,81	3.222,62	3.110,89	4.995,99	8.023,39
894,39	1.397,18	2.182,62	1.341,57	2.115,34	3.335,42	3.219,78	5.170,85	8.304,22
925,69	1.446,07	2.259,01	1.388,52	2.189,39	3.452,15	3.332,47	5.351,83	8.594,86
958,09	1.496,69	2.338,07	1.437,13	2.266,01	3.572,97	3.449,10	5.539,14	8.895,68
991,61	1.549,07	2.419,91	1.487,42	2.345,33	3.698,02	3.569,82	5.733,01	9.207,02
1.026,33	1.603,29	2.504,60	1.539,48	2.427,41	3.827,46	3.694,76	5.933,67	9.529,27
1.062,25	1.659,41	2.592,26	1.593,37	2.512,38	3.961,42	3.824,07	6.141,34	9.862,81
1.099,42	1.717,48	2.682,99	1.649,14	2.600,30	4.100,08	3.957,91	6.356,29	10.207,99
1.137,90	1.777,59	2.776,91	1.706,85	2.691,31	4.243,57	4.096,46	6.578,76	10.565,28
1.177,73	1.839,82	2.874,10	1.766,59	2.785,51	4.392,09	4.239,82	6.809,01	10.935,06
1.218,94	1.904,20	2.974,69	1.828,43	2.883,00	4.545,81	4.388,22	7.047,34	11.317,79

TABELA 2

CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO – JÁ INCORPORADA A GDAP**

Que passa a vigorar a partir da publicação desta Lei

REFERÊNCIAS

AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL			AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL		
AFE-C			AFE-B			AFE-A		
CLASSES			CLASSES			CLASSES		
III	II	I	III	II	I	III	II	I
1.502,86	2.347,69	3.610,43	2.254,24	3.554,44	5.517,35	5.410,25	8.688,67	13.736,64
1.555,43	2.429,86	3.681,75	2.333,18	3.679,66	5.626,33	5.599,60	8.992,78	14.007,95
1.609,90	2.514,92	3.755,56	2.414,83	3.807,61	5.739,13	5.795,60	9.307,53	14.288,78
1.666,24	2.602,93	3.831,95	2.499,34	3.940,90	5.855,86	5.998,45	9.633,29	14.579,42
1.724,56	2.694,04	3.911,01	2.586,83	4.078,82	5.976,68	6.208,38	9.970,45	14.880,24
1.784,90	2.788,33	3.992,85	2.677,36	4.221,59	6.101,73	6.425,68	10.319,42	15.191,58
1.847,39	2.885,92	4.077,54	2.771,06	4.369,34	6.231,17	6.650,57	10.680,61	15.513,83
1.912,05	2.986,94	4.165,20	2.868,07	4.522,28	6.365,13	6.883,33	11.054,41	15.847,37
1.978,96	3.091,46	4.255,93	2.968,45	4.680,54	6.503,79	7.124,24	11.441,21	16.192,55
2.048,22	3.199,66	4.349,85	3.072,33	4.844,36	6.647,28	7.373,63	11.841,77	16.549,84
2.119,91	3.311,68	4.447,04	3.179,86	5.013,92	6.795,80	7.631,68	12.256,22	16.919,62
2.194,09	3.427,56	4.547,63	3.291,17	5.189,40	6.949,52	7.898,80	12.685,21	17.302,35

Caline Gondim
Caline Gondim
 Coordenadora da CCJ
 Mat. 6246

MENSAGEM
Nº 030 /2014

Curitiba, 19 de maio de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 19 MAIO 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 19/05/2014

Presidente

SGP

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 13.803, de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

Considerando a regulamentação da Lei nº 13.803, de 2002, pelo Decreto Governamental nº 9.788, de 20 de dezembro de 2013; a necessidade de atualização das tabelas do vencimento básico constante no Anexo IV da referida Lei, procedendo a incorporação da Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária - GDAF, instituída pela Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012; e a necessidade do correto enquadramento dos Agentes Fazendários - AFE em sua Carreira já regulamentada, encaminho para apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei, objeto de amplo estudo entre todos os setores da Secretaria de Estado da Fazenda.

Dessa forma, a referida incorporação da GDAF procede tão somente a atualização do vencimento básico dos referidos servidores, que permaneceram desatualizados durante todo o período em que a Lei 13.803, de 2002, não havia sido regulamentada.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.033.357-5

GOVERNO DO
PARANÁ

Diário Oficial

EDIÇÃO DIGITALIZADA Nº - 6325

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2002

ANO LXXXIX

16 PÁG.

SUMÁRIO

Poder Legislativo	01
Poder Executivo	03
Chefia de Gabinete do Governo	06
Governo	06
Casa Civil	06
Casa Militar	06
Procuradoria Geral do Estado	06
Tribunal de Contas	06
SECRETARIAS DE ESTADO	
Administração e da Previdência	08
Agricultura e do Abastecimento	08
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	08
Comunicação Social	08
Criança e Assuntos da Família	11
Cultura	11
Desenvolvimento Urbano	11
Educação	11
Emprego e Relações do Trabalho	11
Política Habitacional	11
Fazenda	12
Indústria, Comércio e do Turismo	12
Meio Ambiente	12
Obras Públicas	13
Ouvatória Geral	13
Planejamento e Coordenação Geral	13
Proteção e Defesa do Consumidor	13
Segurança Pública, da Justiça e da Cidadania	13
Saúde	14
Transportes	14
Municipalidades	14
Boletim Federal	14
Publicações Diversas (Avisos, Editais e Sociedades)	14

PODER LEGISLATIVO

Lei n.º 13.803

Data: 23 de setembro de 2002.

Síntese: Objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do quadro geral, alocados na Secretaria da Fazenda do Paraná ou coordenação da Receita do Estado (CRE).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprova e eu promulgo, nos termos de § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º Para efeito da presente Lei.

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas no desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe para classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre o qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º A Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada Cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º A carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

I - Agente Fazendário Estadual A;
II - Agente Fazendário Estadual B;
III - Agente Fazendário Estadual C.

§ 2º A Classe III de cada cargo, será a classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação de carga horária e outras características relativas às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício em classe da carreira de Agente Fazendário Estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do art. 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º O enquadramento na Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, nos cargos de Agente Fazendário Estadual A, B e C se dará na referência inicial de cada classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo único. A execução do presente enquadramento será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º Aplicam-se aos integrantes da presente estrutura organizacional administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta Lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

I - Vencimento base ou vencimento;
II - Adicional por Tempo de Serviço;
III - Adicional Fazendário;
IV - Salário - Família.

§ 1º O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Fazendário Estadual - AFE, incorporável para todos os efeitos legais.

§ 2º O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de

Agente Fazendário Estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10. O desenvolvimento na carreira de Agente Fazendário Estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11. A progressão se dará na classe no funcionário estável por antiguidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referências salariais.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firmados com o Estado do Paraná e afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual C: até duas referências e cada quatro anos, por ter concluído cursos, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência;

II - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual B: até duas referências, e cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência;

III - para o Cargo de Agente Fazendário Estadual A: até duas referências, e cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 160 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12. A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido.

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13. A primeira promoção para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14. A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da Carreira de Agente Fazendário Estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os



PODER EXECUTIVO — GOVERNO DO ESTADO

Jaime Lerner
Governador

Emília Bellinati
Vice-Governadora



Casa Civil
Guaracy Andrade - Chefe da Casa Civil
Eduardo Fernandes Palm - Diretor-Geral
Casa Militar
Luiz Antonio Borges Vieira - Chefe da Casa Militar
Procuradoria Geral do Estado
Márcia Carla Pereira Ribeiro - Procuradora-Geral
Stimara Bonato Puchet - Diretora-Geral
Procuradoria Geral de Justiça
Maria Tereza Uille Gomes - Procuradora-Geral
Assessores Especiais do Governador
Mário Lúcia Pereira Lima de Camargo
Sebastião Morgenstem
Gerson Gelman

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Ricardo Augusto Cunha Smjtnik - Secretário
Manoel Jorge de Lacerda Junior - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Dani Lineu Schwartz - Secretário
Norberto Anacleto Ortigara - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ramiro Wahrmann - Secretário
Milton da Fátima Zanetti Weimer - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Comunicação Social
Deonilson Rolão - Secretário
Ivens Moretti Pacheco - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
Fani Lerner - Secretária
Murilo Cabazon Campetti - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Cultura
Monika Rischbieter Vieira da Silva - Secretária
Carlos Henrique Sá de Ferraz - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
Roberto Dimes Vasconcelos Del Santoro - Secretário
Mário José Braga Beltrame - Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Alyone Vasconcelos Rebouças Saliba - Secretária
Roberta Maria Neto Braga - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
Newton Sérgio Ribeiro Grati - Secretário
Luiz Alberto Pinto da Carvalho - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Governo
José Cid Campêlo Filho - Secretário
Rosângela Matz Gavinho Ferraz - Diretora-Geral
Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional
Rafael Bernardo Dely - Secretário
Secretaria de Estado da Fazenda
Ingo Henrique Hübner - Secretário
Otaviano Febbri Ferraz - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo
Ramiro Wahrmann - Secretário (Respondendo)
Elcio Luiz Coltro - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
José Antonio Andrequello - Secretário
Francisca Jussara R. do Vale - Diretora-Geral
Secretaria de Estado das Obras Públicas
Augusto Canto Neto - Secretário
Civaldo Alves Cruz Filho - Diretor-Geral
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Yara Christina Eichenbach - Secretária
Luiz Roberto de Souza - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania
José Tavares da Silva Neto - Secretário
Roberto Lobo Biasi - Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Saúde
Luiz Carlos Sobania - Secretário
Ângelo Luiz Tesser - Diretor-Geral
Secretaria de Estado dos Transportes
Wilson Justus Soares - Secretário
Dalton Fernando da Costa - Diretor-Geral

Imprensa Oficial
Paraná

Miguel Sanches Neto
Diretor - Presidente

Jeovairley de Souza
Diretor Administrativo-Financeiro

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral - CEP: 80030-050
Caixa Postal nº 1182 - CEP: 80001-070
PABX: 313-3200 (Informações)
Fax: 313-3210 (Gerência Comercial)

Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE	TELEFONE	FAX
SETOR	313-3200	313-3238
Assessoria	313-3234	
Edições	313-3202	
313-3203		
313-3204		
313-3205		
313-3206		
313-3207		
313-3208		
313-3209		
313-3210		
313-3211		
313-3212		
313-3213		
313-3214		
313-3215		

e-mail para envio de matérias:

mat@dioe.pr.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Publicações
Centímetro(s) da Coluna 14,00

Assinaturas
Diário Oficial Executivo
Semestral S/Remessa Postal 225,00
Semestral C/Remessa Postal 308,00
Cunitiba e Região Metropolitana 312,00
Demais Regiões do Paraná 312,00
Outras Unidades da Federação 426,00
Anual S/Remessa Postal 375,00
Anual C/Remessa Postal 510,00
Cunitiba e Região Metropolitana 510,00
Demais Regiões do Paraná 520,00
Outras Unidades da Federação 710,00

Números Avulsos - Diário Oficial Executivo
Sem Remessa Postal 1,50
Com Remessa Postal 2,50
Cunitiba e Região Metropolitana 2,50
Demais Regiões do Paraná 2,50
Outras Unidades da Federação 3,00

crédito e a competência para o concessão do progresso, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor ao Estado do Paraná, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15. Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16. Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta Lei, as disposições da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 17. O Cargo de Agente Fazendário Estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 18. Não se aplica aos integrantes da presente carreira, a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 20. O Poder Executivo expedirá as atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezanove de Dezembro, em 23 de setembro de 2002.

HERMAS BRANDÃO
Presidente

ANEXO I

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	II	377
	3	

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	II	445
	3	

	CLASSE	QUANTIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A	II	193
	3	

ANEXO II

CARGO	REQUISITO DE ESCOLARIDADE
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A	3º GRAU COMPLETO
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	2º GRAU COMPLETO
AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	1º GRAU COMPLETO

ANEXO III

CARGO / OPE	CARGO / OPE
AGENTE DE APOIO	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C
AGENTE DE EXECUÇÃO	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B
AGENTE PROFISSIONAL	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A

ANEXO IV

AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL C	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL B	AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL A
CLASSE	CLASSE	CLASSE
II	II	II
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12

Lei Complementar nº 95/02

Data: 09 de setembro de 2002.

Símbula: Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme Especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos

termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, as seguintes disposições, que passam a integrar o texto da Lei Complementar nº 94, de 27/07/02, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6277, de vinte e sete de julho de dois mil e dois.

CAPÍTULO I
DA AUTARQUIA

Art. 1ª.....

§ 1ª.....

§ 2ª.....

§ 3ª.....

Art. 2ª.....

I -

II -

III -

IV -

V -

a).....

b).....

c).....

d).....

e).....

f).....

VI -

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3ª.....

Art. 4ª.....

I -

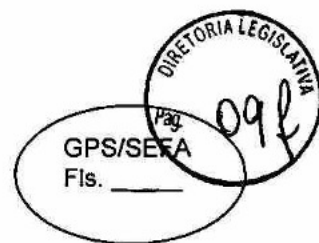
II -

III -

IV -



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GRUPO ORÇAMENTÁRIO SETORIAL - GOS



INFORMAÇÃO Nº: 062/2014- GOS/SEFA.
INTERESSADO: Gabinete do secretário da Fazenda.
SID: 13.033.357-5 de 17/12/2013.
ASSUNTO: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

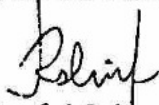
O referido Protocolo visa atender despesas com vencimento básico da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

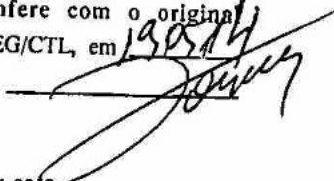
Informamos que a despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual de 2014, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sob nº 17.886 de 20/12/2013. Está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, e cumpre os requisitos estabelecidos no Decreto nº 9849/2013.

Informamos ainda, que para fins de despesa com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2014 a Secretaria de Estado da Fazenda – Órgão 29, possui o Total Orçamentário de R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais), na Natureza de Despesa 3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais, na Fonte 100 – Ordinário não vinculado.

Segue em anexo cópia do Q.D.D. para confirmação da rubrica orçamentária.

É a informação,
Curitiba, 16 de maio de 2014.


Roseli Naufal Schnekemberg,
Chefe do Grupo Orçamentário Setorial

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 

QDD por Espécie/Fonte em 2014 - Atual

**** Valores Oficiais ****

Data: 19/05/2014 15:05



Orgão

29 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Detalhe

**** TOTAL DO ÓRGÃO ****

Descrição	Ft	Orç. Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçament.	Empenhado	Saldo Programado	Pago
Pessoal e Enc.	100	431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
	T	431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
T.Pessoal e Enc.		431.796.300	431.788.712	7.588	431.796.300	124.471.335,90	307.317.376,10	114.789.527,18
Out. Desp. Correntes	100	80.256.720	21.411.997	48.146.291	69.558.288	9.901.221,38	11.510.775,62	7.965.189,39
	128	39.577.290	9.835.733	32.741.557	42.577.290	3.432.596,38	6.403.136,62	910.768,84
	133	1.700		1.700	1.700	0,00	0,00	0,00
	143	6.162.000		6.162.000	6.162.000	0,00	0,00	0,00
	T	125.997.710	31.247.730	87.051.548	118.299.278	13.333.817,76	17.913.912,24	8.875.958,23
T.Out. Desp. Correntes		125.997.710	31.247.730	87.051.548	118.299.278	13.333.817,76	17.913.912,24	8.875.958,23
Investimentos	120	157.787.000	49.905.836	107.881.164	157.787.000	49.905.476,90	359,10	49.905.476,90
	128	16.961.710	10.898.836	10.562.874	21.461.710	5.705.097,82	5.193.738,18	3.151.581,75
	142	100.000		100.000	100.000	0,00	0,00	0,00
	143	684.700		684.700	684.700	0,00	0,00	0,00
	147	150.000	1.350	148.650	150.000	1.305,00	45,00	0,00
	148	1.000.000		1.000.000	1.000.000	0,00	0,00	0,00
	T	176.683.410	60.806.022	120.377.388	181.183.410	55.611.879,72	5.194.142,28	53.057.058,65
T.Investimentos		176.683.410	60.806.022	120.377.388	181.183.410	55.611.879,72	5.194.142,28	53.057.058,65
Inversões Financeiras	100	10.000		10.000	10.000	0,00	0,00	0,00
	120	1.000.000		1.000.000	1.000.000	0,00	0,00	0,00
	T	1.010.000		1.010.000	1.010.000	0,00	0,00	0,00
T.Inversões Financeiras		1.010.000		1.010.000	1.010.000	0,00	0,00	0,00
TOTAL	T	735.487.420	523.842.464	208.446.524	732.288.988	193.417.033,38	330.425.430,62	176.722.544,06
	OF					0,00	0,00	0,00
		735.487.420	523.842.464	208.446.524	732.288.988	193.417.033,38	330.425.430,62	176.722.544,06

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. _____

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA E DE REGULARIDADE DO PEDIDO
(Anexo I que se refere o Decreto nº 8768/2013)

Pedido 047/2014

DECLARAMOS, na qualidade de Ordenadores de Despesas, que existem recursos orçamentários para a finalidade indicada no protocolado nº 13.033.357-5, conforme Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD.

DECLARAMOS, também que a despesa, abaixo identificada, tem adequação com Lei Orçamentária de 2014, com Plano Plurianual 2012/2015, com a Lei das Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA:

Órgão: 29 - Secretaria de Estado da Fazenda.

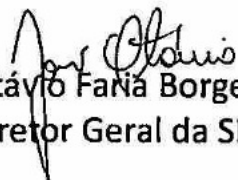
Natureza da despesa: 3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

Fonte: 100 Ordinário não Vinculado.

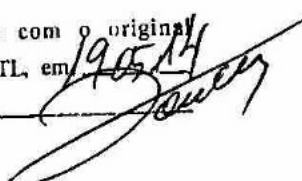
Valor disponível para a despesa: R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais).

Objeto: Atender despesas com Anteprojeto de Lei, que trata da atualização do vencimento básico da carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

Curitiba, 19 de maio de 2014.


João Otávio Faria Borges de Sá
Diretor Geral da SEFA


Hélio Hisashi Obara
Diretor da CRE

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19.05.14
Ass. 



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n1052

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 201 /2014

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

ASSUNTO: Atualização vencimento básico da Carreira de Agente Fazendário

PROTOCOLO: nº 13.033.357-5

De acordo com o protocolado em epígrafe, a Secretaria de Estado da Fazenda, solicita a indicação orçamentária para cobrir despesas com a implantação da carreira de Agente Fazendário, as quais correrão a conta das Dotações Orçamentárias: 2930.04129404.052 – Administração Tributária Estadual e 2902.04123414.050 – Gestão Administrativa, na espécie Pessoal e Encargos Sociais.

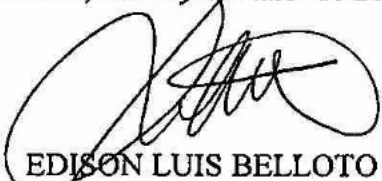
Sob a perspectiva orçamentária informamos que nas dotações mencionadas conta com recursos, conforme abaixo discriminado:

TOTAL ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO ATÉ abril/2014	PREVISÃO ATÉ DEZEMBRO	TOTAL PREVISTO	SALDO
431.796.300	124.471.336	281.077.027	405.548.363	26.247.937

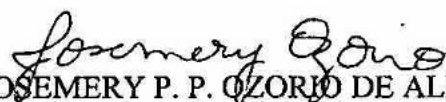
Esta Coordenação informa que para o exercício de 2014, o órgão conta com o valor de R\$ 431.796.300,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil e trezentos reais), na espécie supra mencionada.

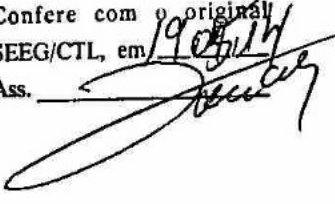
Com base ao exposto somos pelo encaminhamento do pleito à Secretaria de Estado da Fazenda, para as demais providências.

É a informação.
Curitiba, em 19 de maio de 2014.


EDISON LUIS BELLOTO
Técnico em Orçamento

De acordo 19/05/2014.
Encaminha-se a DG/SEFA


JOSEMERY P. P. OZORIO DE ALMEIDA
Coordenadora da COP/SEFA

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Divisão de Despesa

INFORMAÇÃO Nº 48/14

Ref. Anteprojeto de Lei – atualização da tabela
Protocolo nº 13.033.357-5

Face ao contido no Protocolo acima referenciado, a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA encaminha Anteprojeto de Lei que atualiza as tabelas de vencimento da Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.


No que concerne a esta Coordenação, temos a informar que o último índice provisório apurado de despesa com pessoal do Poder Executivo é relativo ao 1º quadrimestre de 2014, e seu resultado foi de 45,79% da Receita Corrente Líquida.

Salientamos que a análise feita por esta Coordenação quanto ao dispêndio com pessoal tem natureza apenas informativa e com caráter de alerta, a fim de subsidiar a decisão final autorizativa ou denegatória do Governador.


É a Informação.
Curitiba, 19 de maio de 2014.


Marcos Antônio Jagher
Coordenador da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao SEFA/DG. Em 19/05/2014.

DE ACORDO:


João Otávio Faria Borges de Sá
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda
Encaminhe-se à SEFA/GAB. Em 19/05/2014.


Danielle Barrozo Cavalcante
Assessora da CAFE

Confere com original
SEEG/CTL, em 19/05/2014
Ass. 



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

CASA CIVIL
ASSISTORIA DG
FLS. 62
3

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 148

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO, PARA A IMPLANTAÇÃO DA
CARREIRA FAZENDÁRIA, COM BASE NA FOLHA DE ABRIL DE 2014.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO MENSAL EM REAIS 1,00

TOTAL DO PODER EXECUTIVO	683.315.308,22
TOTAL MENSAL DA FOLHA DA SEFA	2.283.362,69
TOTAL MENSAL GDAF	1.000.985,51
TOTAL ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO SOBRE GDAF	330.325,22
ACRESCIMO SOBRE FOLHA DA SEFA	9,13%
ACRESCIMO SOBRE FOLHA DO PODER EXECUTIVO	0,0048%

O impacto previsto na despesa com pessoal ativo da SEFA, mensal, é de R\$ 330.325,22 (trezentos e trinta mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), e até o final do presente exercício financeiro deverá atingir o valor de R\$ 2.979.926,96 (dois milhões novecentos e setenta e nove mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e seis centavos).

Não foi computado o valor da GDAF, pois já esta sendo pago aos servidores ativos da SEFA, não ocorrendo impacto sobre esta parcela dos servidores ativos.

É a informação

Curitiba, 20 de maio de 2014

Confere com o original
SEEG/CTL, em 20/05/14
Ass. _____

SOELI DO ROCIO RANO FERNANDES DA SILVA
AGENTE PROFISSIONAL

SOELI R. RANO, F. SILVA
RG 1.439.576-8
GRHS/SEFA

Caline Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 213/2014, mensagem nº 30/2014 na sua origem, de autoria do Poder Executivo que ESPECIFICA DA LEI Nº 13.803 DE 23 DE SETEMBRO DE 2002 QUE INSTITUI A CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO ESTADUAL -AFE.

RELATOR DEPUTADO PEDRO LUPION.

I. RELATÓRIO.

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 30/2014, visa efetuar alterações nos dispositivos da Lei 13.803 de 23 de Setembro de 2002, que institui a Carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, cumpre-me mencionar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

O proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65³) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124⁴).

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

³ Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

⁴ Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

Ademais, em análise ao art. 66 da Constituição do Estado do Paraná, verifica-se a competência privativa do Governador do Estado:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Insta mencionar excerto do parecer da Secretaria da Fazenda, o qual menciona: *"No que concerne a esta Coordenação, temos a informar que o último índice provisório apurado de despesas com o pessoal do Poder Executivo é relativo ao 1º quadrimestre de 2014, e seu resultado foi de 45,79% da Receita Líquida".*

Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei está de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Federal nº. 101/00, eis que não importa em aumento de despesas.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 213/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 20 de Maio de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Dep. Tadeu

Dep. Curi

Dep. Pastor

APROVADO

20/05/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 030/14, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica da Lei nº 13.803, de 23 de setembro de 2002, que instituiu a Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa do autor que a referida incorporação da GDFAF procede tão somente a atualização do vencimento básico dos referidos servidores, que permaneceram desatualizados durante todo o período em que a Lei nº 13.803, de 2002, não havia sido regulamentada.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois a incorporação não apresenta acréscimo de despesas para o Governo e ainda, os seus efeitos financeiros da proposta, ficam condicionados ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constata-se ainda, a existência da declaração de adequação da despesa e de regularidade do pedido, subscrita pelo Sr.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

João Otávio Faria Borges de Sá, Diretor Geral da SEFA e do Sr. Hélio Hisashi Obara, Diretor da CRE, dando conta de que a despesa tem adequação com a Lei Orçamentária de 2014, com o Plano Plurianual 2012/2015, com a Lei das Diretrizes Orçamentárias e por fim com a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

12/05/14

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Wilson

[Assinatura]
Dep. Buhner

[Assinatura]
Dep. Dupion



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



PROJETO DE LEI

219/14

Súmula: Concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica concedido o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) aplica-se aos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Cíveis e Militar, à Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER, aos Contratos de Regime Especial – CRES, aos servidores da PARANAEDUCAÇÃO, aos servidores dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aos servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, às Gratificações previstas nas Leis nº 13.666/2002, art. 18, incisos I, II, IV, V e VI, nº 17.026/2011, art. 13, incisos I e II, nº 17.358/2012, nº 17.382/2012, art. 13, inciso IV, § 2º, § 3º e § 4º, nº 17.430/2012, nº 17.432/2012, nº 17.466/2013 e nº 18.005/2014, art. 37, ao vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão, às Funções de Gestão Pública – Lei nº 17.744/2013, às Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica – Lei nº 16.372/2009, à Função Comissionada de Confiança – FCC – Lei nº 17.075/2012, à Função Comissionada de Confiança – FCC – Lei nº 17.026/2011, à Função Privativa Policial – FPP – Lei nº 17.172/2012, às Funções Comissionadas de Confiança – FCCI – Lei nº 18.005/2014, às quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131 de 29 de setembro de 2010 e os Encargos Especiais - Decreto nº 3.828/2008 e alterações.

Art. 3º Fica concedida parcela complementar de vencimento aos servidores efetivos, aos contratados pelo regime especial – CRES, aos servidores da PARANAEDUCAÇÃO, aos servidores dos Convênios com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho e servidores reintegrados sob o regime da



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de 40 horas semanais, que percebam valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná - Grupo Ocupacional I.

§ 1º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* deste artigo, será igual a diferença entre o valor do vencimento básico do servidor e o valor estabelecido para o Grupo Ocupacional I do Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

§ 2º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* não servirá de base para cálculos de vantagens vinculadas ao vencimento base, não integrará a base de cálculo da remuneração para fins de concessão de auxílio-transporte e auxílio-alimentação e não comporá base contributiva para a inatividade.

Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003.

Art. 5º O índice geral a que se referem os artigos 1º e 2º não se aplica à carreira da Procuradoria-Geral do Estado, às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica, e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 6º A aplicação do índice geral a que se referem os artigos 1º e 2º, e a parcela complementar de vencimento prevista no art. 3º serão implementados em folha de pagamento no mês de maio de 2014, com efeitos financeiros a partir do dia 1º.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



n.1054

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 202/2014

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - DRH.

ASSUNTO: Anteprojeto de Lei - Reajuste Geral Anual.

PROTOCOLO: 13.182.639-7.

1. O protocolado trata de Projeto de Lei do Executivo, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração - DRH/SEAP, que solicita autorização para a correção dos vencimentos dos servidores públicos do Executivo, em 6,28%, com um impacto estimado em R\$ 75.243.419,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais) mensais.
2. Esta Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP/SEFA informa que foram alocados recursos na ordem de R\$ 11.594.210.351,00 (onze bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, duzentos e dez mil, trezentos e cinquenta e um reais).
3. Até o mês de abril do corrente exercício foram gastos (pagos) o valor de R\$ 3.490.342.879,47 (três bilhões, quatrocentos e noventa milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos), restando um saldo de R\$ 8.103.867.471,60 (oito bilhões, cento e três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

É a informação.

Curitiba, em 19 de maio de 2014.

Sergio Luiz Covalski
Técnico em Orçamento

Com a informação supra
encaminhe-se à DG/SEFA

Em, 19/05/2014.

JOSEMERY P.P. OZORIO DE ALMEIDA
Coordenadora da COP/SEFA

Confere com o original

SEEG/CTL, em 19/05/14

Ass.

e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte do Estado
**** Valores Pendentes c/ Mov. de Crédito ****

Descrição : Poder Executivo - Fiscal + Próprio

Detalhe : ** Administração Direta e Indireta **

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado	Pago
PESSOAL/ENC.SOC	100	7.961.373,530	7.138.597,824	840.003,417	7.978.601,241	2.452.983,278,22	4.685.614,545,78	2.262.883,244,85
	108	6.780.000	0	5.455,010	5.455,010	0,00	0,00	0,00
	116	3.700,480	1.380,000	2.320,480	3.700,480	187.081,63	1.192.918,37	175.470,84
	132	162.834,200	39.859,632	122.974,568	162.834,200	38.721,370,94	3.138.261,06	32.731.694,47
	145	3.393.619,420	1.842.799,510	1.550.819,910	3.393.619,420	1.287.539.590,27	555.259.919,73	1.194.552.769,51
	148	50.000,000	0	50.000,000	50.000,000	0,00	0,00	0,00
	250	97.894,480	39.894,052	58.671,428	98.585,480	26.170.868,10	13.723.183,90	23.299.842,96
	254	150,000	70,000	80,000	150,000	26.604,57	43.395,43	24.558,08
	258	147.175,000	89.175,000	58.000,000	147.175,000	68.917.937,58	20.257.062,42	34.654.229,58
	281	27.699,000	9.291,148	18.407,854	27.699,000	5.055.157,94	4.235.988,06	4.698.810,02
	284	118,120	97,567	20,553	118,120	42.570,83	54.996,17	38.771,20
Total PESS.	T	11.578.307,830	8.022.638,986	2.571.573,385	11.594.210,331	3.777.431.321,08	5.245.205.644,94	3.490.342.679,47
	OF	273.036,600	138.527,765	135.179,835	273.707,600	100.213.139,02	38.314.625,98	62.714.011,84
Todas		11.851.344,230	9.161.164,731	2.706.753,220	11.867.917,951	3.877.644.460,08	5.283.520.270,92	3.553.056.691,31
JUROS/ENC.DIV	100	457.860,400	427.850,783	0	427.850,783	240.378.949,25	187.471.833,75	240.378.949,25
	103	0	0	3.879,807	3.879,807	0,00	0,00	0,00
	119	25.000,000	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	125	300.000,000	0	264.046,311	264.046,311	0,00	0,00	0,00
	138	180,000	0	180,000	180,000	0,00	0,00	0,00
	142	0	0	53,117	53,117	0,00	0,00	0,00
	147	0	0	28.000,000	28.000,000	0,00	0,00	0,00
Total JUR.D	T	783.040,400	427.850,783	296.159,235	724.010,018	240.378.949,25	187.471.833,75	240.378.949,25
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Todas		783.040,400	427.850,783	296.159,235	724.010,018	240.378.949,25	187.471.833,75	240.378.949,25
OUTR.DESP.CORR.	100	12.272.997,810	11.602.225,908	514.107,770	12.116.333,678	4.248.979.218,66	7.353.246.687,34	3.745.753.866,20
	103	82.149,000	54.637,608	23.731,052	78.368,660	43.031.816,33	11.605.792,87	34.373.326,45
	104	1.750	1.926,000	1.750	1.927,750	1.924.891,03	1.008,97	1.924.991,03
	105	18.388,730	5.705,204	12.681,526	18.386,730	2.982.601,25	2.722.602,75	1.399.450,98
	106	617,700	3.277,073	59,793	3.336,856	1.460.542,81	1.816.530,19	819.569,43
	107	84.056,510	48.343,669	42.187,768	90.531,437	25.321.594,10	23.022.074,90	10.496.231,68
	109	1.131,900	250,568	881,334	1.131,900	0,00	250.568,00	0,00
	113	182.268,500	413.587,224	3.845,390	417.232,614	72.941.178,81	340.646.047,19	28.635.484,90
	115	558,000	334,370	207,080	541,450	182.391,99	171.978,01	162.391,99
	116	412.500,860	295.724,184	122.375,037	418.099,221	246.998.078,60	48.728.107,40	99.846.169,47
	117	1.148.895,100	499.878,966	637.121,890	1.137.101,836	361.094.335,54	138.885.630,46	238.399.864,75
	118	2.665,000	0	2.665,000	2.665,000	0,00	0,00	0,00
	120	4.150,000	0	4.150,000	4.150,000	0,00	0,00	0,00
	122	0	58,300	0	58,300	58.298,55	1,45	0,00
	123	31,200	11,083	20,117	31,200	0,00	11.083,00	0,00
	125	201.000,000	0	200.300,000	200.300,000	0,00	0,00	0,00
	127	1.600	0	1.600	1.600	0,00	0,00	0,00
	128	39.577,290	10.442,883	32.134,407	42.577,290	3.432.596,38	7.010.286,62	910.788,84
	131	65.768,160	62.201,629	51.136,531	113.338,160	9.247.878,87	52.953.750,03	552.663,27
	132	65.128,000	46.223,002	22.817,055	89.040,057	8.505.711,21	37.717.290,79	2.755.985,15
	133	255,300	0	255,300	255,300	0,00	0,00	0,00
	142	183.827,770	28.523,140	83.054,340	111.577,480	6.229.878,52	22.293.261,48	2.079.052,47
	143	83.789,200	0	40.985,220	40.985,220	0,00	0,00	0,00
	145	208.727,380	58.058,870	150.870,510	208.727,380	126.330.085,65	-88.273.215,65	126.330.085,65
	147	335.716,140	20.384,641	270.456,037	290.840,678	5.372.434,38	15.012.208,62	1.028.734,19
	148	144.102,400	16.163,176	57.528,391	73.691,567	12.618.174,04	3.545.001,96	10.109.560,09
	250	775.253,640	360.110,897	429.884,343	789.995,240	237.393.489,95	122.717.407,05	134.200.433,95
	251	100	0	100	100	0,00	0,00	0,00
	254	3.080,000	1.888,000	1.194,000	3.080,000	1.839.218,15	48.781,85	29.017,06
	256	20,040	1.041,933	8,000	1.049,933	704.983,42	338.949,58	304.162,58
	257	31.390,810	13.322,080	22.665,466	35.987,548	6.740.168,01	6.581.911,99	6.449.876,22
	258	117.718,340	118.453,340	6.345,000	122.798,340	80.274.474,87	36.178.865,13	17.973.144,59
	281	153.474,580	58.949,623	97.349,307	156.298,930	14.036.928,34	44.912.694,66	8.733.553,56
	283	15.889,420	2,700	15.888,720	15.889,420	0,00	2.700,00	0,00
	284	90.101,020	54.549,357	61.195,196	115.744,553	29.889.235,73	24.660.121,27	7.789.487,43



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte do Estado
**** Valores Pendentes c/ Mov. de Crédito ****

Descrição: Poder Executivo - Fiscal + Próprio

Detalhe: ** Administração Direta e Indireta **

D	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado	Pago
Total P.F.C.	T	15.498.202,300	13.168.054,494	2.273.174,898	15.441.228,392	5.176.689,801,82	7.991.384,682,18	4.305.578,208,50
	OF	1.186.827,950	806.315,930	834.528,132	1.240.844,062	370.878,498,47	235.437,431,53	175.479,684,37
	Todas	16.685.130,250	13.774.370,424	2.907.703,030	16.682.073,454	5.547.568,300,28	8.228.802,123,71	4.481.057,892,87
INVESTIMENTOS	100	407.900,190	210.500,897	67.096,990	277.597,887	82.504,287,47	147.996,609,53	3.808.917,33
	103	3.500,000	1.334,580	482,200	1.816,780	125.500,00	1.209,080,00	0,00
	104	5,450	5.606,770	5,450	5.612,220	5,447,108,87	159,681,13	5.447,108,87
	105	5,307,470	1.058,065	4,249,405	5,307,470	1,049,132,00	8,933,00	6,067,00
	106	113,000	78,209	84,791	163,000	27,527,00	50,682,00	14,860,00
	107	126,630,930	97,139,720	83,489,363	180,629,083	9,122,991,55	88,016,728,45	3,421,493,40
	108	2,700,000	0	2,700,000	2,700,000	0,00	0,00	0,00
	113	181,669,400	273,324,982	39,357,200	312,682,182	88,402,448,39	184,922,513,81	41,872,820,72
	115	49,000	63,550	0	63,550	48,694,00	18,856,00	46,694,00
	116	221,394,300	87,339,184	148,458,775	215,795,939	31,028,243,89	38,310,920,31	6,975,548,79
	117	11,454,800	22,948,664	399,480	23,348,144	10,558,927,61	12,389,736,39	0,01
	118	18,669,000	0	16,829,655	16,829,655	0,00	0,00	0,00
	120	551,341,200	70,077,836	436,403,364	506,481,200	49,805,476,90	20,172,359,10	49,905,476,90
	122	0	100,000	0	100,000	0,00	100,000,00	0,00
	123	13,300	0	13,300	13,300	0,00	0,00	0,00
	124	13,100	0	13,100	13,100	0,00	0,00	0,00
	125	5,638,460	5,851,877	5,638,460	11,490,137	0,00	5,851,877,00	0,00
	128	16,961,710	11,242,836	10,218,874	21,461,710	5,705,097,82	5,537,738,18	3,151,581,75
	131	32,889,540	68,020,126	23,790,274	91,810,400	1,970,474,00	68,049,652,00	0,00
	132	97,692,000	50,791,138	42,988,805	93,779,943	1,316,616,14	49,474,521,86	25,991,37
	133	700,000	0	700,000	700,000	0,00	0,00	0,00
	141	62,189,000	0	62,189,000	62,189,000	0,00	0,00	0,00
	142	239,770,350	82,891,277	171,559,706	254,450,985	2,422,185,35	80,469,091,85	0,00
	143	246,677,800	0	81,877,800	81,877,800	0,00	0,00	0,00
	145	14,046,400	0	14,046,400	14,046,400	0,00	0,00	0,00
	147	281,075,880	140,450,283	124,418,205	264,868,488	108,241,007,00	32,209,258,00	44,543,769,14
	148	70,072,400	62,867,713	37,433,520	100,301,233	54,968,794,59	7,896,918,41	42,480,296,47
	250	119,407,580	71,772,809	83,841,053	155,613,862	5,845,130,11	85,927,678,89	1,149,832,84
	254	11,150,000	1,719,000	9,431,000	11,150,000	1,514,063,28	204,038,72	0,00
	256	0	30,000	0	30,000	0,00	30,000,00	0,00
	257	185,917,200	53,651,691	109,512,549	163,164,240	51,794,170,02	1,857,520,98	47,268,009,91
	258	44,000,000	45,623,225	21,350,000	66,873,225	21,127,470,89	24,395,764,11	404,179,82
	281	279,691,240	42,478,384	244,307,218	286,785,802	4,319,497,38	38,158,888,64	2,058,313,93
	283	788,890	0	788,890	788,890	0,00	0,00	0,00
	284	62,379,420	17,455,386	52,487,034	69,942,420	8,382,697,98	11,072,688,04	697,098,18
Total F.F.C.	T	2,578,774,780	1,171,587,447	1,374,242,119	2,545,829,566	432,642,512,38	730,844,634,62	201,510,724,75
	OF	703,334,330	232,830,495	521,717,744	754,348,239	90,983,929,62	141,646,565,38	51,475,434,28
	Todas	3,281,809,090	1,404,317,942	1,895,959,863	3,300,277,805	523,626,442,00	880,491,500,00	252,988,159,01
INV. FINANC.	100	68,555,000	19,708,318	12,505,730	32,214,049	15,242,441,70	4,485,877,30	15,242,441,70
	108	22,600	0	22,600	22,600	0,00	0,00	0,00
	107	38,067,000	8,897,979	34,899,629	43,797,608	8,786,760,24	111,218,78	7,717,309,96
	113	600,000	600,000	0	600,000	0,00	600,000,00	0,00
	116	500,000	0	500,000	500,000	0,00	0,00	0,00
	120	1,000,000	0	1,000,000	1,000,000	0,00	0,00	0,00
	125	0	3,000,000	35,355,951	38,355,951	3,000,000,00	0,00	3,000,000,00
	131	1,100,000	1,600,000	0	1,600,000	0,00	1,600,000,00	0,00
	132	4,000	4,000	0	4,000	0,00	4,000,00	0,00
	142	8,250,000	0	8,250,000	8,250,000	0,00	0,00	0,00
	143	17,000,000	0	2,500,000	2,500,000	0,00	0,00	0,00
	147	39,895,000	27,419,711	12,475,289	39,895,000	27,389,917,62	29,783,38	23,240,784,60
	250	111,960	20,322	91,638	111,960	0,00	20,322,00	0,00
	258	0	4,230,000	0	4,230,000	2,685,716,87	1,544,283,13	2,487,784,82
Total INV.F	T	172,893,800	81,230,009	107,509,189	168,739,208	54,419,119,58	6,810,889,44	49,200,538,28
	OF	111,960	4,230,322	91,638	4,341,980	2,685,716,87	1,584,605,13	2,487,784,82
	Todas	173,105,560	65,480,331	107,600,827	173,081,188	57,104,836,43	8,375,494,57	51,688,321,08
AMC/TITZ DÍVIDA	100	353,282,400	275,949,400	23,812,035	299,761,435	47,855,597,41	228,083,802,59	47,855,597,41

Confere com original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass.



e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte do Estado
**** Valores Pendentes c/ Mov. de Crédito ****

Descrição : Poder Executivo - Fiscal + Próprio

Detalhe : ** Administração Direta e Indireta **

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado	Pago
	119	25.000.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	125	350.000.000	216.160.208	18.468.324	234.826.530	216.160.208,00	0,00	216.160.208,00
	142	0	0	13.500.000	13.500.000	0,00	0,00	0,00
Total A.Div	T	728.262.400	492.109.606	55.778.359	547.887.965	284.015.803,41	228.093.802,59	284.015.803,41
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Todas	T	728.262.400	492.109.606	55.778.359	547.887.965	284.015.803,41	228.093.802,59	284.015.803,41
Total	T	31.338.281.090	24.343.569.305	6.678.437.185	31.022.006.500	9.945.777.507,48	14.397.781.797,52	8.551.026.889,64
	OF	2.163.410.840	981.724.512	1.291.517.349	2.273.241.861	584.781.283,98	416.963.228,02	262.156.915,29
Todas	T	33.502.691.930	25.325.293.817	7.969.954.544	33.295.248.361	10.510.538.791,46	14.814.755.025,54	8.843.183.814,93

Confere com o original

SEEG/CTL, em 19/05/2014

Ass. _____



COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Divisão de Despesa

INFORMAÇÃO Nº 49/14

Ref. Anteprojeto de Lei – Reajuste Geral Anual

Protocolo nº 13.182.639-7


Face ao contido no Protocolo acima referenciado, a Secretaria de Estado da Administração e Previdência – **SEAP** encaminha Anteprojeto de Lei que solicita autorização para a correção dos vencimentos dos servidores públicos do Executivo em 6,28% com impacto estimado em R\$ 75.243.419,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais).

No que concerne a esta Coordenação, temos a informar que o último índice provisório apurado de despesa com pessoal do Poder Executivo é relativo ao 1º quadrimestre de 2014, e seu resultado foi de 45,79% da Receita Corrente Líquida.

Salientamos que a análise feita por esta Coordenação quanto ao dispêndio com pessoal tem natureza apenas informativa e com caráter de alerta, a fim de subsidiar a decisão final autorizativa ou denegatória do Governador.


É a Informação.

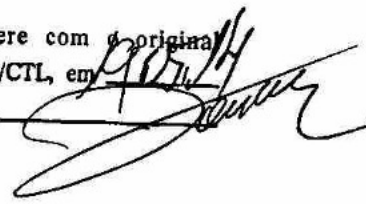
Curitiba, 19 de maio de 2014.


Danielle Barrozo Cavalcante
Assessora da CAFE


Marcos Antônio Jagher
Coordenador da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao SEFA/DG. Em 19/05/2014.

DE ACORDO:


João Stávio Maria Borges de Sá
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda
Encaminhe-se à SEFA/GAB. Em 19/05/2014

Confere com o original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 



PARANÁ
GOV. DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

PROTOCOLO N° : 13.182.639-7
INTERESSADO : SEAP/DRH
ASSUNTO : Anteprojeto de lei – reajuste geral anual

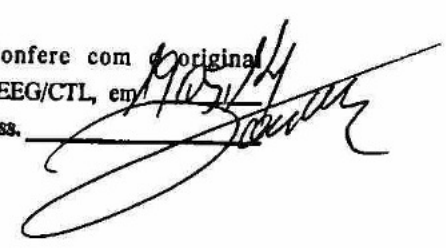
DESPACHO

- I. De acordo com a Informação 202/2014 da SEFA/COP,
encaminhe-se para a **Secretaria de Estado de Governo -**
SEEG.

É o despacho.

SEFA/DG, 19 de maio de 2014.


João Otávio Faria Borges de Sá
Diretor Geral / SEFA

Confere com original
SEEG/CTL, em 19/05/14
Ass. 

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – DIREÇÃO GERAL

Avenida Vicente Machado, 445 – 16º Andar – CEP 80 420-010 – Curitiba/PR - Fone (41) 3321-9019 – Fax (41) 3222-3505 - www.fazenda.pr.gov.br



I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências
Em 21/05/14
Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 032/2014

Curitiba, de 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva conceder o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual.

A justificativa de encaminhamento do presente Anteprojeto de Lei é a observância do disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e na esteira do que determina a Lei 15.512, de 31 de maio de 2007, que instituiu a data de 1º de maio para a revisão geral, bem como para atendimento ao que reza os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, quanto ao atendimento dos limites da despesa *versus* receita.

Serão abrangidos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Civis e Militar, da Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER, os Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores da PARANAEDUCAÇÃO, os servidores dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, os servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, os servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, as Gratificações previstas nas Leis nº 13.666/2002, art. 18, incisos I, II, IV, V e VI, nº 17.026/2011, art. 13, incisos I e II, nº 17.358/2012, nº 17.382/2012, art. 13, inciso IV, § 2º, § 3º e § 4º, nº 17.430/2012, nº 17.432/2012, nº 17.466/2013 e nº 18.005/2014, art. 37, o vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão, as Funções de Gestão Pública – Lei nº 17.744/2013, as Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica – Lei nº 16.372/2009, a Função Comissionada de Confiança – FCC – Lei nº 17.075/2012, a Função Comissionada de Confiança – FCC – Lei nº 17.026/2011, a Função Privativa Policial – FPP – Lei nº 17.172/2012, as Funções Comissionadas de Confiança – FCCI – Lei nº 18.005/2014, as quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131 de 29 de setembro de 2010 e os Encargos Especiais - Decreto nº 3.828/2008 e alterações.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.13.182.639-7

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 21 MAIO 2014

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Não estão contemplados no presente Anteprojeto de Lei, os servidores da Carreira de Procurador do Estado, que já contam com tabela salarial prevista, nos termos do art. 7º, parágrafo único da Lei Complementar nº 161/2013.

O Anteprojeto de Lei concede, também, parcela complementar de vencimento aos servidores com carga horária de 40 horas semanais, que percebem valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

O custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, no mês de março de 2014, é de aproximadamente R\$ 1.204.060.331,00 (um bilhão, duzentos e quatro milhões, sessenta mil e trezentos e trinta e um reais), incluído o Auxílio Transporte dos professores e dos servidores do QFEB e também os servidores da Carreira de Procurador do Estado.

A aplicação do índice de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), importará em uma estimativa de custo da ordem de R\$ 75.243.419,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dezenove reais) mensais e R\$ 702.021.100,00 (setecentos e dois milhões, vinte e um mil e cem reais) no exercício de 2014, alcançando aproximadamente 284.891 servidores ativos, inativos e geradores de pensão, excluídos os servidores da Carreira de Procurador do Estado.

A concessão da parcela complementar de vencimento importará em uma estimativa de custo da ordem de R\$ 559.349,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e nove reais) mensais e R\$ 5.218.731,00 (cinco milhões, duzentos e dezoito mil e setecentos e trinta e um reais) no exercício de 2014, alcançando aproximadamente 9.646 servidores ativos, inativos e geradores de pensão.

O aumento de despesa decorrente da implantação da revisão geral consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219/2014

Projeto de Lei nº 219/2014

Autor: Poder Executivo

Súmula: Concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: CARREIRAS ESTATUTÁRIAS CÍVIS E MILITAR. REVISÃO GERAL ANUAL. ÍNDICE 6,28%. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REVISÃO ANUAL. ART. 37, INCISO X DA CF. ART 27, INCISO X DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa conceder, para revisão geral anual, o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta
Constituição. (grifo nosso)

A Constituição Estadual ainda estabelece que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre servidores públicos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Seguindo, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Ademais, cumpre salientar, o disposto na Constituição da República, artigo 37, inciso X, sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo, adiante transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No mesmo sentido, reitera a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, no seu art. 27, inciso X, conforme segue:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Deste modo, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Não há que se falar em desrespeito à Lei Complementar Federal nº 101/2000, tendo em vista que o projeto informa o impacto financeiro da proposta. A aplicação do índice de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) importará em uma estimativa de custo da ordem de R\$ 75.243.419,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos e dezenove reais) mensais e R\$ 702.021.100,00 (setecentos e dois milhões, vinte e um mil e cem reais) no exercício de 2014, alcançando aproximadamente 284.891 servidores ativos, inativos e geradores de pensão, excluídos os servidores da Carreira de Procurador do Estado.

Por fim, com o objetivo de aprimorar a redação da proposição, segue anexa emenda modificativa que altera o art. 2º.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

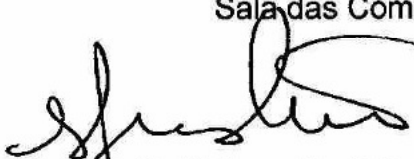
Liderança do Governo




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

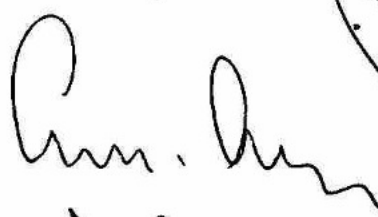

Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademar Traiano
Relator


Dep. Costa


Dep. Hermes



Dep. Soares


Dep. Auri


Dep. Romualdo


Dep. Furini

APROVADO

20/05/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 219/2014

Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 219/2014.

Art. 1º O art. 2º do Projeto de Lei nº 219/2014 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º O índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) aplica-se:

I - aos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Cíveis e Militar;

II - à Carreira Técnica de Extensão Rural - EMATER;

III - aos Contratos de Regime Especial - CRES;

IV - aos servidores da PARANAEDUCAÇÃO;

V - aos servidores dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES;

VI - aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

VII - aos servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

VIII - ao vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão;

IX - às Funções de Gestão Pública, reguladas pela Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013;

X - às Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica, reguladas pela Lei nº 16.372, 30 de Dezembro de 2009;

XI - à Função Comissionada de Confiança - FCC, regulada pela Lei nº 17.075, de 23 de Janeiro de 2012;

XII - à Função Comissionada de Confiança - FCC, regulada pela Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011;

XIII - à Função Privativa Policial - FPP, regulada pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012;

XIV - à Função Comissionada de Confiança do IAPAR - FCCI, regulada pelo art. 43 da Lei nº 18.005, 27 de março de 2014;

XV - às quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010;

XVI - à gratificação pelo exercício de encargos especiais, regulada pelo Decreto nº 3.828, de 19 de Novembro de 2008 e alterações; e

XVII - às Gratificações previstas:

a) nos incisos I, II, IV, V e VI do art. 18 da Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



- b) nos incisos I e II do art. 13 da Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011;
- c) na Lei nº 17.358, de 27 de novembro de 2012;
- d) no inciso IV e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997;
- e) na Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012;
- f) na Lei nº 17.432, de 20 de dezembro de 2012;
- g) na Lei nº 17.466, de 2 de janeiro de 2013; e
- h) no art. 37 da Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem como objetivo apenas aprimorar a redação do projeto de lei, tornando-a mais clara e corrigindo alguns equívocos do texto, mas sem descaracterizar a essência da proposta original.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO A DEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

20105114

Dep. Curi

Dep. Turini



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219/14

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 32/14, objetiva conceder o índice geral de 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014 e adota outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, e que por meio de seu Relator, exarou o devido parecer favorável com Emenda que foi aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa da proposta que a mesma encontra amparo legal, quanto a iniciativa, nos arts. 65, 66, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois o Plano de Lei vem acompanhado da Informação nº 202/2014, subscrita pela Sra. Josemery P.P. Ozório de Almeida, Coordenadora da COP/SEFA, informando que o impacto financeiro estimado é de R\$75.243.419,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e dezenove reais) mensais.

Informa ainda, o proponente da matéria que o aumento de despesa decorrente da implantação da revisão geral consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL, com a inclusão da Emenda apresentada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.


Sala das Comissões,

26/05/14



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO

RELATOR


Dep. Wilson


Dep. Dehon


Dep. Barão



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



PROJETO DE LEI Nº 220/14

SÚMULA: Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e concede gratificação de Função Privativa-Policial aos componentes da Assessoria Militar.

Art. 1º. Os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste disposto neste artigo também se aplica aos servidores inativos que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

Art. 2º. A Função Privativa-Policial criada pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, poderá ser atribuída aos Policiais Militares cedidos para atuação perante o Gabinete da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

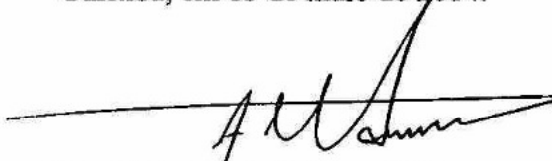
§ 1º. Os valores da verba transitória, atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Contas, são os relacionados no Anexo I desta Lei.

§ 2º. O regime jurídico da Função Privativa-Policial é o previsto na Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, sendo facultado ao Presidente do Tribunal de Contas regulamentar os casos omissos, no âmbito de sua competência.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correm por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014.

Curitiba, em 13 de maio de 2014.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Anexo I

VENCIMENTO COM CARGO EFETIVO COM 6,28% DE REAJUSTE									
Servidor Efetivo									R\$ 1,00
Refer/Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.599,93	3.048,45	3.574,35	4.190,95	4.913,86	5.761,29	6.754,94	7.810,51	9.790,44
02	2.637,83	3.092,85	3.626,41	4.252,00	4.985,44	5.845,25	6.838,89	7.972,58	9.993,59
03	2.676,24	3.137,90	3.679,26	4.313,97	5.058,08	5.930,45	6.924,02	8.138,03	10.200,98
04	2.715,23	3.183,62	3.732,85	4.376,80	5.131,80	6.016,81	7.010,41	8.306,92	10.412,68
05	2.754,79	3.230,02	3.787,26	4.440,60	5.206,52	6.104,46	7.098,09	8.479,30	10.628,75
06	2.794,94	3.277,10	3.842,41	4.505,33	5.282,38	6.193,39	7.187,05	8.655,27	10.849,33
07	2.835,66	3.324,85	3.898,41	4.570,97	5.359,34	6.283,60	7.277,34	8.834,89	11.074,47
08	2.877,00	3.373,35	3.955,26	4.637,59	5.437,42	6.375,18	7.368,89	9.018,22	11.304,28
09	2.918,97	3.422,52	4.012,95	4.705,19	5.516,65	6.468,08	7.461,72	9.205,37	11.538,88
10	2.961,47	3.472,39	4.071,38	4.773,72	5.597,02	6.562,28	7.555,94	9.396,39	11.778,32
11	3.004,63	3.522,97	4.130,71	4.843,32	5.678,56	6.657,92	7.651,56	9.591,37	12.022,75

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C" REAJUSTADOS EM 6,28%							
Servidor Comissionado							R\$ 1,00
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	Encargos Especiais	VENCIMENTO BÁSICO		Representação de Gabinete	Total com Encargos Especiais	
		Servidor com e sem vínculo	Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo		Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo
DAS-1	-	7.651,56	187,14	935,75	1.425,91	9.264,61	10.013,23
DAS-2	-	6.754,94	165,16	825,85	1.253,55	8.173,65	8.834,34
DAS-3	-	6.283,60	153,94	769,69	1.168,26	7.605,80	8.221,55
DAS-4	-	5.359,34	131,63	658,17	998,97	6.489,94	7.016,49
DAS-5	-	4.913,86	120,40	601,97	913,65	5.947,91	6.429,48
1-C	-	3.048,45	77,70	388,44	228,29	3.354,44	3.665,18
2-C	-	3.048,45	71,75	358,77	210,84	3.331,04	3.618,06
3-C	-	3.048,45	66,24	331,17	194,61	3.309,30	3.574,23

Gratificação de Função	
Função	Valor Mensal
Adjunto	R\$ 4.163,63
Coordenador de Fiscalização	R\$ 4.163,63
Gerente de Unidade	R\$ 2.379,22
Coordenador de Gabinete	R\$ 2.379,22
Pregoeiro	R\$ 2.379,22

Gratificação por hora-aula	
Graduação	Valor Mensal
Doutor	R\$ 161,90 /hora
Mestre	R\$ 147,18 /hora
Especialista	R\$ 132,46 /hora
Graduado	R\$ 117,74 /hora
Nível Médio	R\$ 103,02 /hora

Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais	
Atividade	Valor Mensal
Núcleo/Plantão/Ger. Op.	R\$ 1.784,12
Art. 3º, III, a, b, c - Lei 17.423/12	R\$ 1.189,61

Simbologia	Função Privativa-Policial na Assessoria Militar do TCE-PR	Verba Transitória
FPPA1	Chefe da Assessoria Militar	R\$ 3.500,00
FPPA2	Subchefe da Assessoria Militar	R\$ 2.500,00
FPPA3	Agente Operacional	R\$ 1.500,00



EXPOSIÇÃO/JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos e inativos e sobre a remuneração dos cargos em comissão e gratificações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como institui a concessão da Função Privativa-Policial no âmbito desta Corte de Contas.

Tem por objetivo primordial assegurar o princípio da revisão geral anual aos servidores desta Corte, dando efetividade ao disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal e art. 27, X, da Constituição do Estado.

O índice ora pleiteado, de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), é fruto dos percentuais inflacionários calculados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o período de maio/2013 a abril/2014, consoante tabela 1:

Tabela 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – maio/2013 a abril/2014

Competência	Índice Mês	Acumulado (%)
Maio/13	0,37	0,36
Junho/13	0,26	0,63
Julho/13	0,03	0,66
Agosto/13	0,24	0,90
Setembro/13	0,35	1,26
Outubro/13	0,57	1,83
Novembro/13	0,54	2,38
Dezembro/13	0,92	3,32
Janeiro/14	0,55	3,89
Fevereiro/14	0,69	4,61
Março/14	0,92	5,57
Abril/14	0,67	6,28
Total		6,28%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Impacto e Memorial de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará em acréscimo de:

- R\$ 966.164,07/mês (novecentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e sete centavos).
- R\$ 12.878.967,05/ano (doze milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



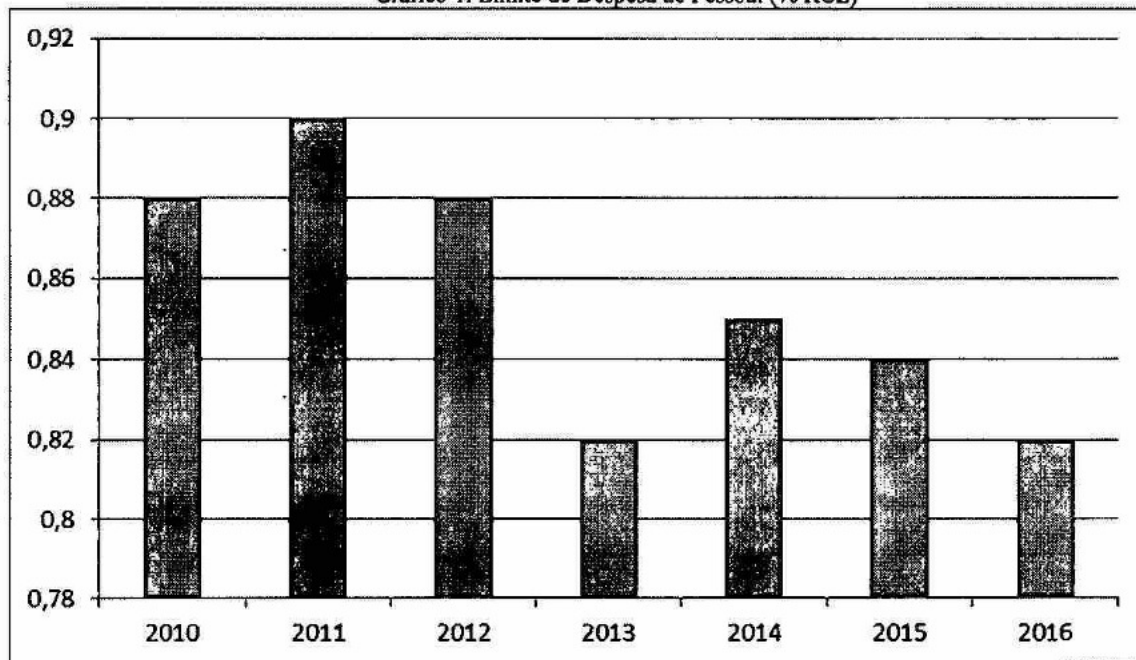
Na Tabela 2 são apresentados o histórico da despesa total com pessoa desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2014, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, que tem por base a Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela 2. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida - 2010 a 2016								Em R\$ mil
Elemento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Total Pessoal	136.924	148.741	178.019	189.915	207.923	238.388	257.459	278.055
Receita Corrente Líquida *	14.482.742	16.956.101	19.710.629	21.849.072	25.397.665	27.937.432	30.731.175	33.804.292
Limite (% da RCL)	0,95	0,88	0,90	0,87	0,82	0,85	0,84	0,82

Notas: * No cálculo da RCL entre 2014 e 2016 foi adotada variação de 10% ao ano, conforme histórico recente.

Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL atinge em 2014 o percentual de 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 1,29%. Ambos são plenamente atendidos.

Segue abaixo o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2013 – janeiro de 2013 a dezembro de 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (janeiro a dezembro/2013)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	228.848.837,48	0,00
Pessoal Ativo	183.178.252,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	65.662.685,28	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.917.122,84	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes da Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	121.813,02	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.796.109,82	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	207.923.814,63	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (II + III)	207.923.814,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		25.397.693.692,45
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,82%
LIMITE MÁXIMO (Parágrafo II e III, art. 20 da LRF) - 1,38%		345.408.252,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29%		327.629.898,14

FONTE:

Relatório SIA/SIEFA: Despesa de Pessoal: SIA-410 Valor Liquidado; Restos a Pagar: SIA-228;

* Repetição em função de atualização da Receita Corrente Líquida para SEFA/PR em 14/02/2014.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas associadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: Os valores das despesas executadas inscritas em Restos a Pagar não processados em dez/2013 se repetem no 1º e 2º quadrimestres.

ELIAS GANDOUR THOMÉ
MATRÍCULA 50.457-0
DIRETOR DE FINANÇAS

DERIVALDO DE OLIVEIRA VARGAS
MATRÍCULA Nº. 50.468-8
CONTROLADOR INTERNO

ARTAGÃO DE MATOS LEÃO
PRESIDENTE

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.886/13, de 30/12/2013), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 17.013/11, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.631/2013, de 22/07/2013).

ELIAS GANDOUR THOMÉ
Diretor



DECLARAÇÃO

Eu, Artagão de Mattos Leão, CPF: 001.731.269-87, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 44, de 13/12/2012, publicada no DETC nº 556, de 10/01/2013, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o **aumento da despesa com pessoal decorrente da recomposição da inflação em comento** tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.886/13) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.631/13), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, 13 de maio de 2014.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

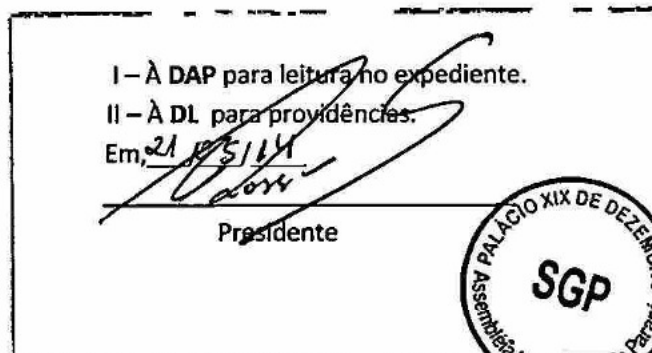
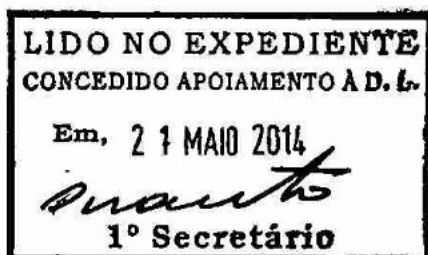


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 221/14/OIN-GP

Curitiba, 13 de maio de 2014.



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei que trata da recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargo efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão, bem como da concessão da gratificação de Função Privativa-Policial aos componentes da Assessoria Militar desta Corte, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Paraná
Centro Cívico
N/CAPITAL

14:41 21/05/2014 002583 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 220/2014, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que *"Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e concede gratificação de Função Privativa-Policial aos componentes da Assessoria Militar."*

RELATOR: DEPUTADO PEDRO LUPION.

i. RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 220/2014, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná contendo a seguinte súmula: *"Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e concede gratificação de Função Privativa-Policial aos componentes da Assessoria Militar."*

Em breve síntese, objetiva reajustar, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

É O RELATÓRIO.



ii. FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Inicialmente, cumpre-me mencionar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise do PL.

O proponente, inegavelmente, é legítimo para apresentar Projetos de Leis conforme se verifica na Constituição Estadual em seu artigo 77, senão vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



O Tribunal possui seu Regimento Interno que normatiza as questões internas, cuja jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, conforme dispõe o artigo 1º:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005. (grifo nosso)

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar nº 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Assim, verifica-se do artigo 2º, inciso V, a competência do Tribunal de Contas em propor à Assembleia Legislativa a fixação dos respectivos vencimentos de seus funcionários, senão vejamos:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

V – propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (grifo nosso)

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Contas anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.886/13), compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.631/13).

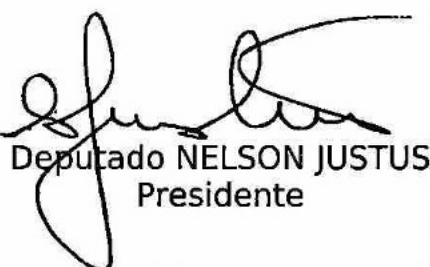
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

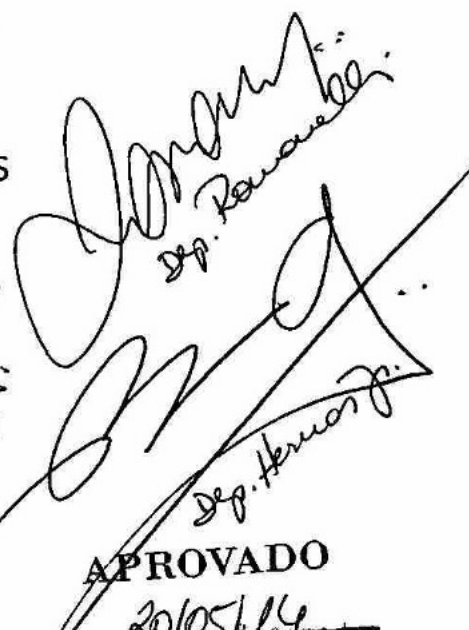
iii. CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de Mai de 2014.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Deputado Renato
APROVADO
20/05/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 220/14

O presente Plano de Lei em estudo é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 221/2014/OIN-GP, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal Efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustadas em 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2014.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, a que se refere a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta esclarece que as despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras e do PARANÁPREVIDÊNCIA, quando couber, e importará em um acréscimo de R\$966.164,07 (novecentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e sete centavos) por mês, e R\$12.878.967,05 (doze milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) por ano.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Artagão de Mattos Leão, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual Lei nº 17.886/13,

h



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015, (Lei nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.631/13, bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar Federal nº 101/00, especialmente quanto às normas contidas nos arts. 16 e 17.

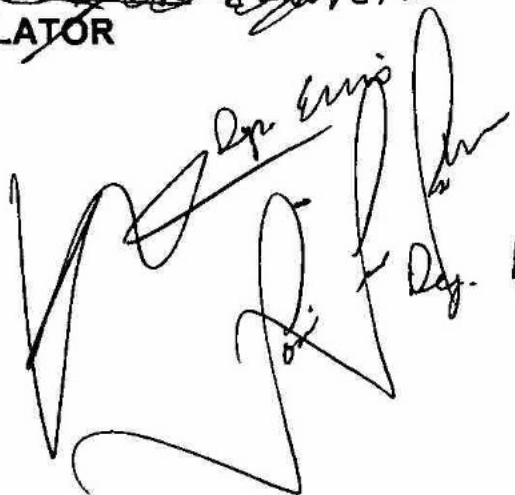
Diante do exposto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/05/14


DEPUTADO JONAS GUMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ~~DA SILVA~~ ~~DEPUTADO~~ ~~RELATOR~~
RELATOR


Dep. Buhner


Dep. Ranea



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 221/2014.

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Fica concedido reajuste no percentual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º. A aplicação do percentual a que se refere o *caput* deste artigo corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2013 e abril de 2014.

§ 2º. O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º. A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2014 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III e IV da Lei nº 17.583, de 04 de junho de 2013, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III e IV da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela ParanaPrevidencia, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	
NÍVEL	Reajuste 6,28% Vigência 01/05/14
1	3.291,99
2	3.365,09
3	3.441,46
4	3.519,59
5	3.599,54
6	3.681,38
7	3.765,14
8	3.850,88
9	3.938,59
10	4.028,42
11	4.120,21
12	4.214,27
13	4.310,56
14	4.409,05
15	4.509,83
16	4.612,99
17	4.718,62
18	4.826,65
19	4.937,18
20	5.050,41
21	5.166,24
22	5.284,74

TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	
NÍVEL	Reajuste 6,28% Vigência 01/05/14
1	R\$ 5.364,16
2	R\$ 5.487,31
3	R\$ 5.613,45
4	R\$ 5.742,48
5	R\$ 5.874,51
6	R\$ 6.009,68
7	R\$ 6.148,03
8	R\$ 6.289,51
9	R\$ 6.434,40
10	R\$ 6.582,66
11	R\$ 6.734,44
12	R\$ 6.889,78
13	R\$ 7.048,66
14	R\$ 7.211,31
15	R\$ 7.377,77
16	R\$ 7.548,17
17	R\$ 7.722,52
18	R\$ 7.900,91
19	R\$ 8.083,58
20	R\$ 8.270,52
21	R\$ 8.461,79
22	R\$ 8.657,63

TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	Reajuste 6,28% Vigência 01/05/14
1	R\$ 10.133,80
2	R\$ 10.368,84
3	R\$ 10.609,20
4	R\$ 10.855,29
5	R\$ 11.107,18
6	R\$ 11.364,92
7	R\$ 11.628,67
8	R\$ 11.898,63
9	R\$ 12.174,99
10	R\$ 12.457,75
11	R\$ 12.747,15
12	R\$ 13.043,32
13	R\$ 13.346,45
14	R\$ 13.656,63
15	R\$ 13.974,11
16	R\$ 14.299,03
17	R\$ 14.631,56
18	R\$ 14.971,85
19	R\$ 15.320,20
20	R\$ 15.676,62
21	R\$ 16.041,52
22	R\$ 16.414,84



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Reajuste 6,28%

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR	
GF 1	30	R\$	258,78
GF 2	30	R\$	345,00
GF 3	30	R\$	431,26



ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO
DE CARGOS EM COMISSÃO**

Reajuste 6,28%

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO		GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$	740,08	R\$ 1.127,77
DAS-2	R\$	653,20	R\$ 991,45
DAS-3	R\$	608,78	R\$ 923,99
DAS-4	R\$	520,54	R\$ 790,10
DAS-5	R\$	476,13	R\$ 722,62
Assistente 1-C	R\$	307,24	R\$ 180,55
Assistente 2-C	R\$	283,76	R\$ 166,76
Assistente 3-C	R\$	261,94	R\$ 153,94



ANEXO IV

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Reajuste 6,28%
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 52,2909% DO NÍVEL 22	R\$ 8.583,45
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 47,0617% DO NÍVEL 22	R\$ 7.725,10
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 41,8327% DO NÍVEL 22	R\$ 6.866,77
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 36,6036% DO NÍVEL 22	R\$ 6.008,42
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 31,3745% DO NÍVEL 22	R\$ 5.150,08
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 51,9855% NÍVEL 22	R\$ 4.500,71
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 46,7870% DO NÍVEL 22	R\$ 4.050,64
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 41,5884% DO NÍVEL 22	R\$ 3.600,56



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A proposição consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do ano em curso, data base da categoria instituída pelo art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

A aplicação do percentual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), extensível aos servidores inativos e pensionistas (art. 1º, §§ 2º e 3º), corresponde ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2013 e abril de 2014.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 650.807,17 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sete reais e dezessete centavos), corresponde a um acréscimo de 1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento) do total bruto da folha de pagamento referente ao mês de abril de 2014, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 20.12.2013), conforme Informação nº 1314/2014, do Departamento Financeiro.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1315/2014) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



inativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,023572% em relação à receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, não ensejando a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de abril próximo passado.



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa a recomposição salarial dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 17.886, de 20.12.2013 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09.07.2012 (LDO).

Curitiba, 20 de maio de 2014.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

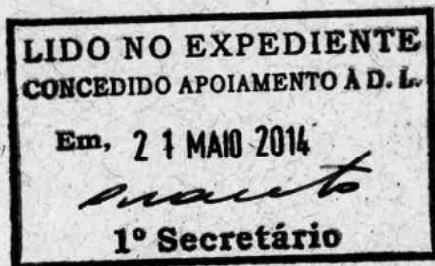
do Estado do Paraná

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 104

Ofício nº 1018/2014-GAB

Curitiba, 20 de maio de 2014.

(Protocolo nº 9.160/2014-MP/PR)



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 21/05/14

Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14141 21/05/2014 002584 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/2014

Projeto de Lei nº 221/2014

Autor: Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AUFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa reajustar, conforme especifica, o vencimento básico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Destarte, observa-se do artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a atribuição ao Ministério Público, quanto à iniciativa das leis ordinárias, conforme segue:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, no artigo 114, § 2º determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, § 2º da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifo nosso)

Além do mais, a **LEI FEDERAL Nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,** que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, fica clara a competência do Ministério Público para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 17.886/2013 (Lei Orçamentária Anual), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013/2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219/2012.

Diante disso, cumpridos os requisitos, nos termos do artigo 16, inciso II, da **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00:**

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO


Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.


Sala das Comissões, 26 de maio de 2014.

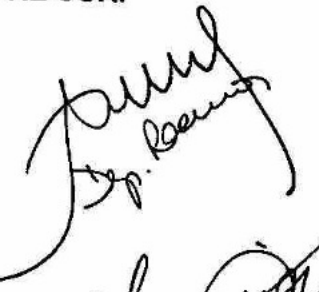

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
RELATOR

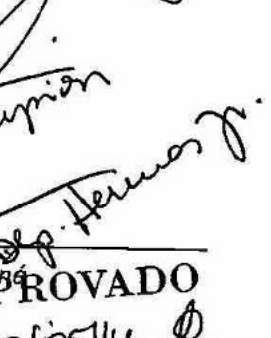

Dep. Feroni

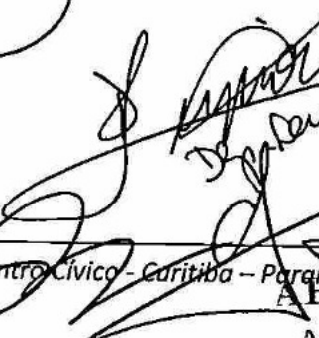

Dep. Curi

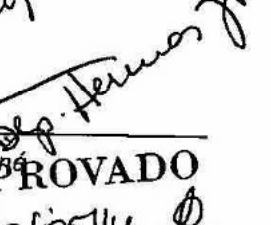

Dep. Feroni


Dep. Roenig


Dep. Traiano


Dep. Feroni


Dep. Feroni


Dep. Feroni



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/14

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público – Ofício nº 1018/2014, que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, no percentual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste proposto atende ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 3º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009 e, ainda, alcança os servidores inativos e pensionistas.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela PARANAPREVIDÊNCIA, nos casos que lhe couberem.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a concessão do reajuste e a implantação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2014 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$650.807,17 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sete reais e dezessete centavos), corresponde

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



a um acréscimo de 1,87%, tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.886, de 21/12/13), conforme Informação nº 1314/2014, do Departamento Financeiro.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 17.886, de 20/12/2013-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14/12/2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09/07/2012 (LDO).

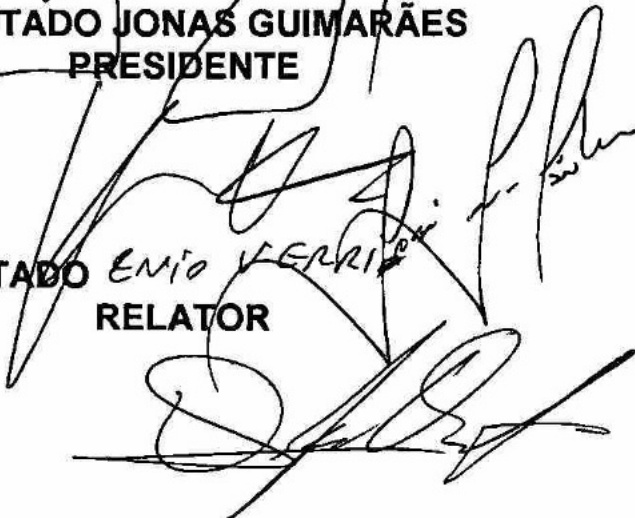
Isto posto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões.

26/05/14

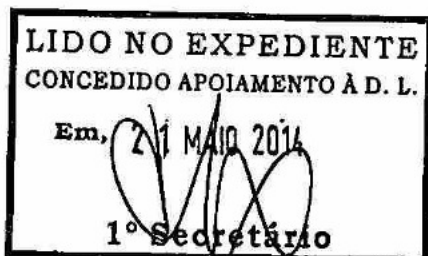

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 222 /2014

Concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 1º Concede aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o reajuste geral anual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento), em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 1º de maio de 2014.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
PRESIDENTE


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º SECRETÁRIO


Deputado ADEMIR BIER
2º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

A Assembleia Legislativa, respeitando o princípio isonômico, vem adotando a mesma data base utilizada pelo Poder Executivo para a revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões dos respectivos servidores efetivos, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 27 da Constituição Estadual.

A matéria traz anexo o relatório de impacto da despesa, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

mauro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



IMPACTO FINANCEIRO COM O REAJUSTE SALARIAL DE 6,28 %.

Cálculo do impacto financeiro com o reajuste de 6,28% ao salário dos funcionários: Efetivos, Pensionistas, Inativos e Adidos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2014.

1)	Total de despesa com Pessoal no período de maio/2013 a abril/2014	106.919.030,26*
2)	Receita Corrente Líquida período de maio/2013 a abril/2014	26.425.191.550,22
	Percentual	0,40%
3)	Despesa com pessoal dos meses de janeiro, fevereiro e março/2014	20.967.241,48
4)	Total da despesa com pessoal com base no mês de abril/2014	10.468.096,72
5)	Reajuste anual 6,28%	657.396,47
6)	Total mensal da despesa com pessoal para o mês de maio/2014	11.125.493,19
7)	Despesa de pessoal maio/2014 a dezembro/2014, inclusive 13º salário.	100.129.438,71
8)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2014 = (3+4+7)	131.564.776,91
9)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2014 / R.C.L. (8/2*100)	0,50%

*Excluídos do cálculo os servidores comissionados.

OBS.:

1 - Os valores acima foram calculados sobre a Receita Corrente Líquida do período de maio/2013 a abril/2014, sem considerar qualquer aumento de Receita.

2 - Estimando um crescimento de 5,31% para a Receita Corrente Líquida do exercício de 2014, totalizando R\$ 27.829.333.778,00, reduziria o índice de pessoal de 0,50% para 0,47%.

3 - O limite máximo (incisos I, II e III do art. 22 da LRF) = 1,64%; e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) = 1,55%.

Receita Corrente Líquida referente aos 03 exercícios anteriores

Exercício de 2011 - R\$ 19.713.401.709,34

Exercício de 2012 - R\$ 22.286.523.631,55 – 13,05%

Exercício de 2013 – R\$ 26.425.191.550,22 – 18,57%

Curitiba, 21 de maio de 2014.

ROBERTO COSTA CURTA
Diretor Geral

CLEBER AUGUSTO CAVALLI
Diretor de Apoio Técnico

FABIANA FERNANDES
Diretora Financeira



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/14

Projeto de Lei nº. 222/2014
Autor: Comissão Executiva

Súmula: Concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Paraná.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE GERAL ÀS REMUNERAÇÕES, PROVENTOS E PENSÕES DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 54 E 65 DA CE. ARTS. 18, 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO

Rje

RESUMO

O projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, concede aos integrantes do Quadro dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa dos Estado do Paraná o reajuste geral anual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito por cento).

Tal reajuste é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com o servidor segurado ao Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Acerca da iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, artigo 124, seguinte:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 65, adiante transcrito:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Como se trata de projeto cujo mérito dispõe sobre o reajuste de remuneração de servidor do Legislativo, imperioso a necessidade de observar o artigo 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis, determinando a competência da Mesa Executiva em iniciar o processo legislativo no caso de fixação da respectiva remuneração, conforme segue:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

(...)

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

(...)

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

Há de se destacar que o Regimento Interno ao autorizar a Mesa Executiva o início do processo legislativo quando se tratar de remuneração de cargos e funções está cumprindo determinação prevista na Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (grifo nosso)

Ainda, relativo à constitucionalidade da matéria cumpre salientar que, o projeto de lei em comento encontra respaldo no artigo 27 da Constituição Estadual, que estabelece que a remuneração dos servidores somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, nos termos seguintes:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (grifo nosso)



Apurada a constitucionalidade do presente projeto de Lei, indispensável mencionar que se trata de medida que gerará aumento de despesas do Proponente, por isso a necessidade de apurar se tal elevação nas despesas estão de acordo com o corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Ao que se refere à legalidade do projeto, em relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, não existem óbices uma vez que, anexo o relatório de impacto financeiro.

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, ~~em sede de análise prévia~~, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

20/05/14

Praga Nossa Senhora de Salete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/14

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Comissão Executiva e objetiva conceder reajuste geral anual de 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Paraná, com efeito a partir de 1º de maio de 2014.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste proposto atende ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e, ainda, alcança os servidores inativos e pensionistas.

Observe-se que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Paraná.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro com o reajuste de 6,28% (seis vírgula vinte e oito) por cento implica em despesa de pessoal maio/2014 a dezembro/2014, inclusive 13º salário no valor de R\$100.129.438,71 (cem milhões, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos), conforme Informação anexa a proposta em tela, datada de 21 de maio do corrente ano, subscrita pelos Diretores Geral, Sr. Roberto Costa Curta, de Apoio Técnico, Sr. Cleber Augusto Cavalli e pela Diretora Financeira, Srta. Fabiana Fernandes.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Com base no acima exposto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/05/64


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ~~WILSON GONÇALVES~~
RELATOR

 Dep. Bohnen
 Dep. Enni
 Dep. Barco



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA
PRESIDENTE

26 MAIO 2014

Sumula: Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 27 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 219, 220, 221 e 222, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

SENHOR PRESIDENTE,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem, com fundamento nos artigos 174, § 2º e 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, da próxima terça-feira dia 27 de maio em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 219, 220, 221 e 222, todos de 2014, com diminuição de interstício entre as sessões.

Sala das Sessões em, 26 de maio de 2014.

15:05 26/05/2014 00:26:43 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

(Muitas assinaturas manuscritas com nomes e números circulares)

18 Romaneli
22 Gilberto Ribeiro
24 Hansen
25 João
26 TRAIANO
27 BUNERO
28 TERCILIO
29 FELIPE LUCAS
30 ROSE
31 André Bueno
32 Dr. Batista
33 RASCA
34 Lupion
35